



Texto para discussão

270

**Estratificação social
da riqueza e renda no
Brasil**

Fernando Nogueira da Costa

Maio 2016

Instituto de Economia
UNICAMP



Estratificação social da riqueza e renda no Brasil

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

Neste Texto para Discussão, o objetivo é provocar um debate sobre a estratificação social da riqueza no Brasil. Pelo próprio conceito de *estoque de riqueza – saldo* no caso financeiro –, é imprescindível essa discussão integrar a questão da desigualdade na distribuição dos *fluxos de rendas*, seja do trabalho, isto é, dos salários, seja do capital: juros, alugueis e lucros. Nesse sentido, o conceito de *casta* será útil para uma análise distinta daquela de “luta de classes”, colocando o foco na dinâmica do “jogo de alianças entre castas” como construtor da longa história da civilização.

Palavras-chave: Educação e Desigualdade – Retornos da Educação.

Abstract

Social stratification of wealth and income in Brazil

In this Discussion Paper, the goal is to provoke a debate on the social stratification of wealth in Brazil. The very concept of the stock of wealth - balance in the financial case - is essential to this discussion include the question of inequality in the distribution of income flows, is the work, ie wages, is the capital: interest, rents and profits. In this sense, the concept of caste will be useful to a separate analysis of that "class struggle", putting the focus on the dynamics of the "game of alliances between castes" as a builder of the long history of civilization.

Keywords: Education and Inequality - Returns to Education

Classificação JEL / JEL Classification: I24, I26.

Introdução

A hipótese de que o capitalismo liberal é a culminação e o ponto final do desenvolvimento humano continua seduzindo as elites políticas e intelectuais do Ocidente liberal, mesmo depois da ascensão do “socialismo de mercado” (ou “capitalismo de Estado”) da China e do colapso financeiro de 2008. Com essa visão sendo a mais influente na mídia, essas elites querem crer que a história futura será orientada pela retomada da crença no progresso

(1) Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>.
E-mail: fercos@eco.unicamp.br.

liberal, predominante na fase das revoluções burguesas dos Séculos XVII (inglesa) e XVIII (norte-americana e francesa).

Sendo essa ideologia do livre-mercado dominante em corações e mentes de muita gente, tornou-se difícil refletir em um debate público pluralista sobre sua responsabilidade por essa crise da desigualdade social – e como superá-la sem enriquecer ainda mais a elite socioeconômica e empobrecer mais os desfavorecidos. A análise neoliberal passou a ser defendida com maior ardor desde o colapso do chamado “comunismo” (ou “socialismo realmente existente” – SOREX), simbolizado pela Queda do Muro de Berlim, em 1989, e a Dissolução da URSS, em dezembro de 1991. Francis Fukuyama indagava se não seria “*O Fim da História?*” com a imaginada vitória definitiva do capitalismo liberal.

Esse otimismo liberal sobre o efeito positivo do individualismo em escala global tornou-se muito mais influente hoje do que a principal ideologia rival: a explicação da história pelas lutas coletivas, expressa no Manifesto Comunista, publicado em 1848 por Marx e Engels. Eles viam o caminho da história como a marcha inelutável da humanidade rumo a uma nova ordem não capitalista. A utopia socialista foi inspiradora de milhares de combativos militantes pela conquista de direitos civis, políticos e sociais. Porém, depois dos regimes totalitários do SOREX, passou a ser difícil acreditar que o capitalismo entrará em colapso por causa de uma revolução proletária e surgirá então uma nova sociedade com liberdade e sem mercado.

Mas o *método de diálogo dialético*, cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias, não desapareceu. A tradução literal de dialética significa “caminho entre as ideias”. É a explicação da realidade que se baseia em oposições e em choques entre situações diversas ou opostas. Diferentemente do *método causal*, no qual se estabelecem relações de causa e efeito entre os fatos, o *método dialético* busca elementos conflitantes entre dois ou mais fatos para explicar uma nova situação decorrente desse conflito.

Os militantes socialistas creem na passagem dialética da *quantidade de conquistas sociais democráticas* à *qualidade de outro modo de vida* diferente do decorrente da exploração capitalista atual. Há variedade de capitalismo e cada tipo étnico-nacional representa uma diferença enorme para o bem-estar social. Isto mostraria que a *re-evolução* será desigual e combinada, em um longo processo progressivo, e não fruto do oportunismo político de um golpe

de Estado efetivado por uma vanguarda descolada do restante da sociedade. Para o modo de vida ser socialista terá de ser democrático, pois a liberdade dos indivíduos – e não apenas as das “forças-do-mercado” – é um suporte básico dessa utopia, ou seja, do contraponto crítico à realidade capitalista de livre-escolha só para quem tem escolha...

Da acumulação prévia de capital-dinheiro e desapropriação violenta de servos nasceu a relação de produção capitalista. A maioria das pessoas, apesar do seu trabalho, não consegue adquirir nada para vender, logo, a alternativa é vender a própria força-de-trabalho. Embora há muito tempo os ricos tenham deixado de trabalhar diretamente na criação de valor, a riqueza dos poucos detentores de muito capital-dinheiro aumenta constantemente.

Conquista, escravização, roubo, assassinatos, em resumo, força violenta, desempenharam papel constituinte da história do capitalismo. Os métodos da acumulação primitiva nunca foram idílicos. Porém, nos compêndios de Economia, reina o idílico livre-mercado.

Marx errou ao resumir todo o processo histórico à luta de duas classes antagônicas, desconsiderando, em meados do Século XIX, a possibilidade de surgir no Século XX uma classe média de renda ascendente em mobilidade social. Na aproximação do Século XXI, essa simplificação de Marx entrou em descrédito. A história não se restringe a um conflito entre grupos coletivos representativos de classes sociais em rixa até a eliminação de um deles.

A sociedade tem sido descrita pelo menos em três formas diferentes e contraditórias:

1. como uma hierarquia do topo à base, tradicional e complexa, unida por uma corrente invisível;
2. como três grupos coletivos: as classes superior, média e baixa;
3. como uma fenda fundamental entre a classe rica e as pessoas comuns, resumida em um embate entre “nós” e “eles”.

As três versões da estrutura social são simplificações extremas de uma realidade muito mais complexa. O quadro hierárquico implica que todos possam ser colocados em uma única grande cadeia de cidadãos. Presume que cada indivíduo tem um posto na ordem das coisas divinamente pré-estabelecida. A obediência, a subordinação e a deferência são atitudes naturais e valores que o sustentam. Na prática social, não é assim.

O modelo de duas categorias estanques – burguesia e proletariado – é insuficiente para contemplar a diversidade contemporânea. Pressupõe, erroneamente, que a propriedade (ou não) de meios de produção é a única e exclusiva chave para identidades sociais. No passado, a estratificação desenvolveu-se a partir de agrupamentos medievais de religiosos, guerreiros e lavradores. A Economia Política, nos primórdios do capitalismo industrial, dividiu também a sociedade em três ordens: os (aristocratas) improdutivos que viviam de rendas, os (burgueses) produtivos que viviam de lucros, e os (trabalhadores) que recebiam salários em troca de sua força de trabalho.

A ideia de que a sociedade foi (ou é) separada por uma ampla linha divisória maniqueísta ignora o fato de que pessoas com culturas diversas traçaram essa linha de maneira desigual, dinâmica, e em níveis diferentes. O conflito de interesses não foi só uma relação biunívoca, senão essa estrutura social binária, provavelmente, já estaria destruída.

O mesmo modelo dicotômico dividiu a sociedade, no Século XVIII, entre, de um lado, os ilustres, a nobreza ou os grã-finos, e, de outro, os pobres, a turba ou as pessoas comuns. Em meados do Século XIX, Marx e Engels tentaram universalizar a luta entre a burguesia e o proletariado, ou o capital e o trabalho. No final do milênio, a própria esquerda passou a reconhecer o insucesso da tentativa reducionista da partição social binária.

Enfim, usamos uma dessas descrições ou outra, muitas vezes inconscientes de estarmos fazendo isso. Essas três versões da ordem social, descritas pelo termo resumido de “classe”, são versões imaginadas, isto é, as diferenças de classes podem ser inexatas, pois são uma construção cultural. Por isso, o economista necessita adquirir uma visão interdisciplinar, somando os conhecimentos dos sociólogos, cientistas políticos, psicólogos e historiadores, entre outros, para analisar a apropriação da riqueza e o recebimento da renda com profundidade.

David Priestland, professor de História na Universidade de Oxford, publicou um extraordinário ensaio sob o título de *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*, em que convida a repensar nossa história a partir da antiga ideia de *castas*, adotada desde a mais remota Antiguidade. A luta entre a classe capitalista e a assalariada seria circunscrita ao capitalismo. Parece ser mais rigoroso analisar a longa história através da dinâmica do jogo de alianças, golpes e contragolpes entre as diversas castas, com ascensões e quedas de hegemônias.

O argumento de Priestland (2014) é que “temos de escolher entre diversos tipos de sociedade de mercado, e nem a narrativa marxista nem a narrativa liberal nos ajudam a compreender nosso dilema. Precisamos de uma história alternativa que nos ajude a entender nossa situação”. É isto que seu ensaio tenta oferecer e nele este Texto para Discussão se inspira para estudar o caso do Brasil.

A academia costuma negar a validade de qualquer “grande narrativa” da história, alegando que todas descambam para fábulas ingênuas de progresso. Mas é possível buscar as forças da mudança histórica sem sugerir um movimento inevitável em direção a determinado ponto final, ou seja, sem determinismo histórico.

Neste Texto para Discussão, o objetivo é provocar um debate sobre a estratificação social da riqueza no Brasil, tanto a financeira, quanto a imobiliária. Pelo próprio conceito de *estoque de riqueza – saldo* no caso financeiro –, é imprescindível essa discussão integrar a questão da desigualdade na distribuição dos *fluxos de rendas*, seja do trabalho, isto é, dos salários, seja do capital: juros, aluguéis e lucros. Nesse sentido, o conceito de *casta* será útil para nossa análise distinta daquela de “luta de classes” para colocarmos o foco no “jogo de alianças entre castas” como construtor da longa história da civilização.

1 Reinterpretação da história pela dinâmica das alianças entre castas

Casta, segundo o dicionário Houaiss, no sistema de estratificação tradicional da Índia, é um grupo social fechado, de caráter hereditário, cujos membros pertencem à mesma etnia, profissão ou religião. Por extensão, designa qualquer grupo social, ou sistema rígido de estratificação social, de caráter hereditário. Portanto, refere-se à camada social que forma uma das partes componentes de uma sociedade complexa que se organiza de maneira hierárquica. Em sentido pejorativo, usa-se a expressão para hostilizar o grupo de cidadãos que se destaca dos demais por seus privilégios, ocupações, costumes e/ou preconceitos.

Pária é o indiano não pertencente a qualquer casta, considerado impuro e desprezível pela tradição cultural hinduísta. Por extensão, designa qualquer pessoa mantida à margem da sociedade ou excluída do convívio social. O sociólogo Jessé de Souza, presidente do IPEA, utiliza-se da expressão “ralé” para referir-se ao conjunto de indivíduos pertencentes à camada inferior da

sociedade brasileira, ou seja, a arraia-miúda, a plebe, o populacho... Prefiro usar “pária”.

Como empregarei a classificação de **castas** para mostrar *a estratificação da riqueza pessoal brasileira*, vale consultar Costa (2014). De acordo com a versão mais conhecida no Ocidente, os hindus se classificam em quatro “castas” (chamadas em sânscrito *varna*, “cor”) dentro das quais necessariamente nascem, se casam e morrem e que evitam o contato físico entre si, principalmente a partilha de comida. Cada uma das quais está sujeita a diferentes leis religiosas. Por ordem decrescente de prestígio, são as únicas que idealmente deveriam existir:

1. *Dvija* (“nascido duas vezes”) ou *traivarna* (“três varnas”), com direito à instrução e iniciação religiosa e a uma vida de retiro e ascetismo na velhice:
 - a. *Brâmane*, sacerdotes e sábios,
 - b. *Xátria*, guerreiros e governantes,
 - c. *Vaixá*, comerciantes e proprietários.
2. *Advija*, que não devem buscar iniciação e instrução religiosa, ou *Sudra*, trabalhadores, principalmente camponeses e artesãos.
3. *Asprushya* (“intocáveis”), grupos “impuros” excluídos do sistema, supostamente descendentes de casamentos proibidos entre diferentes varnas.

Trata-se, porém, menos da sociedade hindu real de qualquer período do que do ideal social das correntes majoritárias entre os brâmanes. A *varna* dos brâmanes aproxima-se mais da realidade na medida em que, de fato, compartilha certos ritos e ideias comuns por toda a Índia. Mas as demais, segundo Costa (2014), “são abstrações que só ganharam certa realidade quando as ideias dos brâmanes, predominantes entre as classes instruídas e proprietárias, foram aceitas pelos eruditos ocidentais e autoridades coloniais britânicas”.

O governo indiano reconhece 1.108 jatis (estimadas em 15% da população) e 744 tribos nativas igualmente marginalizadas (7,5%) “listadas” (na lei) com acesso a programas de discriminação positiva e quotas de 22,5% nas universidades e nos empregos públicos. Essa política foi inventada na Índia antes de ser imitada nos EUA e Brasil.

Além disso, outras 2.399 jatis e tribos não ritualmente impuras, estimadas em 52% da população, são catalogadas como “outras classes

atrasadas” e favorecidas em menor grau por discriminação positiva com quotas de 27% no setor público e universidades. Residualmente, as jatis superiores ou “avançadas” (brâmanes, xátrias, vaixias, sudras ricos e várias jatis de classificação controvertida) somariam 25,5%.

Quando analisarmos a estratificação da renda e da riqueza no Brasil, veremos que por sua desigualdade social no recebimento de renda e na apropriação da riqueza, “a Índia é aqui”!

É possível contrapor essa outra visão, distinta daquela de *luta de classes*, porém mais abrangente e perfeitamente coerente com a evolução histórica. Se para os marxistas os combates entre grupos de interesses econômicos (ou classes) sempre foram o motor da história, para os neoliberais o conflito entre ideologias foi a verdadeira história da Era Moderna. Na Era do Nacionalismo, isto é, no século XIX, mais precisamente entre 1789 e 1917, a visão da *luta de classes* foi predominante. Na Era da Ideologia, no século XX, entre 1917 e 1989, o *conflito entre ideologias* foi mais perceptível.

Outra alternativa é enfatizar a cultura e/ou a religião em vez da ideologia. Samuel Huntington apresenta a história mundial como uma série de “choques de civilizações” entre, por exemplo, cristãos (anglo-saxões protestantes e outros europeus católicos), judeus, muçulmanos, hindus e confucionistas.

Acho mais instigante a análise da evolução histórica apresentada por Priestland (2014), em que a suposta dicotomia entre *valores* (“paixões”) e *interesses econômicos* é falsa. Todos nós somos motivados pelas duas coisas. Nossos interesses e valores estão entrelaçados por aquilo que estudamos e/ou fazemos no trabalho, ou seja, nossa ocupação.

Evidentemente, nossas opiniões, nossos valores e nossas lógicas de ações são moldados por muitas outras coisas. A família, o gênero e a etnia têm influência, além de nossa experiência como membros de uma geração ou mesmo de um partido. Mas a *ocupação*, que inclui *escolaridade*, é crucial.

Tendemos a buscar e encontrar um trabalho que combina com nossos *valores* e nossa *educação*. Nossa experiência de trabalho molda esses valores. Mesma que seja por uma razão pragmática: se quisermos ter uma boa reputação profissional junto a nossos colegas, ser promovidos e alcançar status social, temos que aceitar os valores fundamentais do local de trabalho, tanto seus costumes, quanto suas formas de comportamento.

No caso de análise com base em castas, a sociedade não é vista como um aglomerado de *indivíduos atomizados*, como os individualistas tendem a enxergar, nem como composta das *classes econômicas* dos coletivistas, segundo as quais as pessoas são categorizadas conforme suas propriedades. A sociedade é analisada sim como composta de *grupos profissionais*, cada um dos quais gerando seu próprio *ethos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade.

Assim, “casta” é o termo que Priestland (2014) usa em seu ensaio, pois permite ver os grupos sociais não só como organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica, mas também como encarnações de ideias e estilos de vida, que com frequência procuram impor aos outros. Buscam exercer o Poder.

Hoje, o *mercador* é poderoso em algumas áreas de negócios com bancos e comércio, mas em grandes corporações industriais mais complexas cedeu espaço para os *sábios-tecnocratas* sob a forma de gestores profissionais. É por isso que o termo “capitalismo” é uma abstração generalizante, pois na realidade concreta o sistema assume muitas formas étnico-nacionais diferentes. Há *culturas paternalistas*, lideradas por relações corruptas e promíscuas entre o público e o privado, tais como o “capitalismo patrimonialista de compadrios ou laços. E ainda há outras lideradas pelo *poder dinástico* como o das castas dos comerciantes de petróleo e dos guerreiros árabes.

Através da observação do dinamismo dos conflitos de interesses entre castas e suas alianças mutáveis, distinto do olhar marxista focado apenas nas lutas econômicas e revoluções de classe, Priestland (2014) nos ajuda a entender um motor da história. Nela, há conjunturas de avanços e outras de retrocessos sociais. Essa ótica supera a que enxerga o futuro subordinado a um inelutável determinismo histórico.

Uma lição da história é que a hegemonia de uma casta se torna vulnerável quando não se alia com as demais. Se os Sábios-Tecnocratas impõem a *burocratização* ou a *presunção* arrogante típica dos especialistas, se os Trabalhadores e Artesãos adotam o *corporativismo* e excluem “os de fora” na sua busca de espírito comunitário, se os Guerreiros atacam *guerras* intermináveis contra “inimigos externos e externos”, e se o Mercador busca dominar sem restrição, infligindo a sociedade com *instabilidade econômica* e elevação das *desigualdades*, os outros reagem em um pacto defensivo, preparando o contra-ataque.

A ascensão do *comerciante* ao poder político e cultural começou nos Países Baixos e na Inglaterra no século XVII e atingiu o auge nos Estados Unidos da Era do Jazz, antes de implodir nos anos 1930. Foi apenas nos anos 80, quando seus rivais aristocráticos, burocráticos e trabalhadores estavam muito enfraquecidos pela crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social, que o comerciante recomeçou sua ascensão, passando a dominar a ordem mundial. Essa fase recente de retorno ficou conhecida como a Era Neoliberal.

Assim, a história sugere que *nenhuma casta deve governar sozinha*, mas a do comerciante é especialmente inadequada para isso. O problema não está no mercado em si, pois é autodestrutivo impor um bloqueio total ao mercador como ocorreu no SOREX (Socialismo Realmente Existente). Mas o modelo de livre-mercado, dominante sobretudo nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e defendido por multinacionais, também não é sustentável.

Na Era Neoliberal, a partir dos anos 80, é anunciado que a nova panaceia para os males do mundo é a economia de livre mercado. Mas o entusiasmo com a liberdade do mercado não dura muito tempo, depois de duas décadas se deparando com sua crise. Isso traz uma forte reação social contra o comerciante.

Antes, a socialdemocracia, ou seja, “o social-desenvolvimentismo da Europa”, era uma forma menos militante do modelo socialista, com um papel menor para o guerreiro e um maior para o comerciante e o trabalhador, todos sob a supervisão geral de sábios-tecnocratas. Foi esse modelo regido pelos *sábios* que gradualmente conquistou o mundo após a Segunda Guerra Mundial.

Os fatores que obrigaram comerciantes e sábios a entrar em acordo com os trabalhadores foram:

1. a experiência de cruéis conflitos sociais e imperiais na Primeira Guerra Mundial,
2. a lembrança das consequências sociais da Grande Depressão de 1929,
- e
3. o poder dos sindicatos e o medo do comunismo.

O resultado foi uma época mais sábia, estabelecida em âmbito internacional na Conferência de Bretton Woods de 1944, e estendida para o Leste Comunista após a morte de Stálin, em 1953, e para os países recém-independentes do Terceiro-Mundo. Essa aliança entre comerciantes, sábios e trabalhadores se entrincheirou especialmente bem em potências como

Alemanha e Japão, onde o conflito de castas tinha sido maior. Aparentemente, as lições da história tinham sido aprendidas.

No entanto, como Priestland (2014) explica, justamente quando parecia que a socialdemocracia vencia, sob a liderança da sabedoria, o comerciante reagiu, aproveitando das falhas do sistema de sábios:

- em primeiro lugar, foi sustentado pela Guerra Fria, e depois derrubado por ela quando o guerreiro norte-americano insistiu em impor sua vontade sobre o hemisfério sul;
- em segundo lugar, embora inclusivo, não era inclusivo o suficiente, deixando de fora as mulheres, os jovens, as minorias étnicas e grande parte do mundo pós-colonial; e,
- em terceiro lugar, não conseguiu lidar com as crises econômicas dos anos 1970 e com a transição para um mundo pós-industrial de serviços.

Surgiu, então, uma nova elite, provinda não mais da aliança entre o tecnocrata, o funcionário público paternalista, o ideólogo sacerdotal e o trabalhador coletivo, mas sim de uma fusão entre o guerreiro e o sábio-tecnocrata para enfrentar com pragmatismo aquela época mais populista. No caso dos Estados Unidos, isso ocorreu com a escalada da Guerra do Vietnã, nos anos 60, depois de uma série de governos democratas.

O comerciante, em aliança com os “novos” trabalhadores criativos (“artesãos”) da tecnologia de informações, após os anos 1960, aproveitou a oportunidade de questionamento dessa guerra, e começou a armar uma volta à hegemonia vigente na década de 1920. Dessa vez, porém, tornou-se ainda mais poderoso, em especial nas sociedades tradicionalmente mais comerciais, como Estados Unidos e Grã-Bretanha. Isto porque não só os guerreiros perderam a credibilidade, com a ascensão da cultura libertária após 1968, mas também os sábios-tecnocratas, inclusive os acadêmicos, e os “velhos” trabalhadores organizados em sindicatos e partidos políticos socialdemocratas.

O comerciante-financista tinha poucos rivais para refreá-lo. Mais uma vez, passou a dominar sozinho. A crise econômica de 2008 foi a consequência previsível desse domínio absoluto. O comerciante não pode resolver sozinho as tensões derivadas da contração econômica, rivalidades nacionais e conflitos sociais. Mas, em grande parte do Ocidente, as principais castas alternativas continuam desacreditadas. Enquanto esta situação se mantiver, só podemos aguardar o futuro com apreensão.

No debate sobre a ideologia do Desenvolvimentismo, especialmente adotada no Brasil, para superar seu atraso econômico, necessitamos rever nossa história sob a ordem das castas. *Grosso modo*, podemos sugerir uma periodização em termos das alianças entre elas:

- **1500-1822:** domínio da aristocracia governante do Império português em aliança com guerreiros e sábios-sacerdotes;
- **1822-1888:** domínio da aristocracia governante do Império brasileiro em aliança com guerreiros e comerciantes de escravos;
- **1889-1929:** domínio da aristocracia dos governadores e dos comerciantes primário-exportadores e importadores de bens industriais;
- **1930-1963:** domínio dos guerreiros-militares nacionalistas em aliança com sábios-tecnocratas nacional-desenvolvimentistas e comerciantes-industriais;
- **1964-1984:** domínio dos guerreiros-militares desenvolvimentistas em aliança com sábios-tecnocratas liberais e comerciantes-industriais;
- **1985-1987:** breve interregno com domínio de sábios-tecnocratas desenvolvimentistas;
- **1988-2002:** domínio de sábios-tecnocratas liberais em aliança com comerciantes-financistas;
- **2003-2014:** aliança de trabalhadores organizados com sábios-tecnocratas social-desenvolvimentistas e comerciantes-industriais;
- **2015-....:** golpe de comerciantes-exportadores e financistas com apoio de sábios-sacerdotes jornalistas e juristas contra a aliança de trabalhadores organizados com sábios-tecnocratas liberais.

2 *Éthos* das castas brasileiras

O *éthos* é o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres, etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região. É a reunião de traços psicossociais que definem a identidade de uma determinada cultura, ou seja, a personalidade com base em certos costumes sociais.

Como visto, os grupos sociais não são só organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica. Também representam encarnações de ideias e estilos de vida que com frequência procuram impor aos outros.

Quando uma casta toma de empréstimo o conjunto de valores que permeia e influencia determinada manifestação (obra, teoria, escola, etc.)

filosófica típica de outra casta, inevitavelmente, ela cai sob o domínio desta. Na conjuntura atual brasileira, estamos presenciando a transição da hegemonia da lógica neocorporativa para a da lógica de mercado como predominante sobre outras lógicas de ações, como a familiar, a cívica e a militar.

A perda de dominância por parte de uma casta fica clara depois de um fracasso, como uma derrota em guerra, uma crise econômica, uma revolução social, ou essas três coisas juntas. Em geral, é um grande colapso desse tipo que abre caminho para uma casta concorrente antes marginalizada assumir a proeminência.

O fracasso da casta dominante e a crise ideológica que o acompanha trazem mudanças. As ordens sociais podem desmoronar quando seus governantes acreditam que estão fracassando – e, sob pressão, adotam profundas reformas.

As maiores vítimas do renascimento do comerciante são os sindicatos – reduto dos sábios-operários – e o Estado – cidadela dos sábios-tecnocratas. O desemprego, bem como a desregulamentação do mercado de trabalho, destrói grande parte do poder sindical. Os financistas usam seu poder de pressão para forçar os governos a obter superávit primário suficiente para a solvência da dívida pública, assim como a manter sob controle a taxa de inflação, para evitar a eutanásia dos rentistas investidores em renda fixa. Se eles se recusam, os financistas barram o refinanciamento do setor público e depreciam a moeda nacional, provocando choque inflacionário pelo repasse cambial.

Nem mesmo os governos socialdemocratas e democratas-cristãos europeus foram capazes de manter uma economia saudável por meio do capitalismo coordenado, face à pressão para sua desregulação na Era Neoliberal. Para o ajuste fiscal, tiveram de rever seu generoso Estado de bem-estar social, sob o temor de serem punidos pelos mercados financeiros.

Os governos do tipo comerciante brando se esforçam para estender a influência mercantilista aos redutos de sábios da educação e saúde. Introduzem segmentos de mercado nos serviços de saúde. Alunos passam a ser tratados como consumidores e instituições acadêmicas se tornam meras prestadoras de serviços educacionais, sejam gratuitos, sejam com fins lucrativos. São “formas mais flexíveis” para quem precisa trabalhar, durante o dia, conseguir diplomarse com cursos à noite.

Essas alternativas às difíceis exigências das universidades convencionais, ainda dirigidas por sábios, não dão qualificação no mesmo nível, criando uma segmentação no mercado de trabalho — e entre as castas dos sábios e dos trabalhadores. O comerciante que estiver atuando em Saúde e Educação apenas preocupado em cumprir metas e maximizar seus lucros, provavelmente, estará menos interessado em atender bem seus pacientes e alunos...

Segundo o Censo da Educação Superior de 2013, mais do que dobrou o número de matrículas de graduação depois de 2003, atingindo 7.305.977, sendo 74% em organizações acadêmicas (Universidade, Centro Universitário e Faculdade) privadas. Em 2014, o número total de alunos com FIES (Financiamento do Ensino Superior) era de 1,9 milhão, o que representava cerca de um terço do total de 5,8 milhões matriculados em cursos de graduação presencial de instituições particulares. Os dados mostravam que a ascensão social que estava existindo nas classes mais baixas no país era o das novas gerações. Eram os filhos que, com mais estudo, conseguiam mobilidade. Poucos estudantes planejavam ter filhos, pois se preocupavam mais em financiar seus estudos em ensino privado.

Considerando o número de 2.742.950 ingressos em cursos de graduação, no ano de 2013, segundo a modalidade de ensino, 2.227.545 era presencial e 515.405 à distância. Embora tenha decrescido em relação ao ano anterior, esta modalidade representava 19% do total.

Por categoria administrativa, em 2013, existiam 126.592 docentes em tempo integral em pública e apenas 52.818 em privada; 18.485 em tempo parcial em pública e 74.688 em privada; 10.142 horistas em pública e 84.557 em privada. Os 155.219 docentes de pública tinham 1.899.55 alunos matriculados, ou seja, média de 12 alunos por docente, enquanto os 212.063 docentes de privada tinham 5.406.422 alunos matriculados ou mais que o dobro daquela média: 25 alunos por docente.

Em percentual do número de matrículas de graduação presencial por categoria administrativa, 73% era realizada em turno noturno na instituição privada contra apenas 30% em federal, 41% em estadual e 76% em municipal.

Embora seja crescente o número de funções docentes em exercício segundo o grau de formação com doutorado (121.190) e mestrado (145.831) e em queda a formação até especialização (100.261), sabendo-se da exigência de pós-graduação para contratação de docentes em RDIDP (Regime de Dedicção

Integral à Docência e Pesquisa) em Universidades públicas, e somando-se todos os fatores apresentados, entende-se porque a massificação do ensino superior deu-se à custa da queda da sua qualidade, pois envolveu a mercantilização privada do ensino. Em conjunto com o ProUni, que troca impostos antes sonegados por matrículas, e o Fies, que financia as prestações escolares, transformou-se em ótimo negócio que atraiu até investidores estrangeiros na abertura de capital das grandes organizações de ensino privado.

Houve avanço do ensino superior completo entre 2000 e 2010, aumentando de 4,4% para 7,9% o total de pessoas que declararam ter tal nível de instrução no Censo Demográfico de 2010. De 2010 a 2013, anualmente, concluíram os cursos de graduação cerca de um milhão de estudantes, sendo 77% em instituições de ensino privadas. Ciências Sociais Negócios e Direito envolveram, em 2013, 40% das matrículas e 44% do número total de concluintes. Foram 439.250 formados nessa área geral de conhecimento, seguido por 201.011 em Educação (20%), e 139.880 em Saúde e Bem-Estar Social (14%). Em Engenharia, Produção e Construção foram apenas 80.850 ou 8%.

Medeiros e Galvão (2015) avaliam em que medida a educação pode ser considerada um dos principais determinantes da riqueza no Brasil. O foco deste estudo é nos trabalhadores que compõem o 1% mais rico da distribuição da renda do trabalho. Para isso, foram utilizados os dados de formação universitária específica da amostra do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A principal conclusão é a de que a educação pode ser importante para explicar a desigualdade total, mas não há evidências de que a educação de massa seja um dos fatores mais relevantes para esclarecer as diferenças entre os ricos e o restante da população brasileira. Nem mesmo a educação de elite pode ser tomada como um dos principais determinantes dos níveis atuais de riqueza. Há, portanto, uma parte importante da desigualdade total que não será reduzida por políticas educacionais.

Os autores mostram que “o trabalhador brasileiro típico tem níveis educacionais baixos. Mais da metade da força de trabalho adulta sequer possui educação secundária completa. Apenas um sexto tem diploma universitário, incluindo pessoas com mestrado e doutorado, com as duas últimas categorias somando apenas 1% da força de trabalho, como mostra a tabela abaixo. É provável que diferenças na qualidade da educação amplifiquem a desigualdade nas quantidades de educação” (Medeiros; Galvão; 2015, p. 14).

Estratificação social da riqueza e renda no Brasil

Brasil: Trabalhadores em Categorias Educacionais segundo Classes de Renda (2010) - em %

	Fração da classe de renda (intervalo de quantis) e fração da categoria educacional			Fração da classe, por categoria educacional			Total N
	0-99%	99-100%	0-100%	0-99%	99-100%	Educação %	
Sem educação ou primário incompleto	38,2	5,2	37,9	99,9	0,1	100,0	23.814.711
Primário completo ou secundário incompleto	16,3	3,9	16,2	99,8	0,2	100,0	10.169.446
Secundário completo ou universitário incompleto	30,8	14,1	30,7	99,5	0,5	100,0	19.267.882
Universidade	13,8	62,4	14,3	95,6	4,4	100,0	8.979.706
Administração, negócios e economia	3,5	15,4	3,6	95,7	4,3	100,0	2.274.184
Direito	1,3	12,9	1,4	91,1	8,9	100,0	910.118
Engenharia, computação, produção e arquitetura	1,5	12,2	1,6	92,2	7,8	100,0	982.160
Medicina	0,3	11,1	0,4	71,0	29,0	100,0	241.510
Saúde (exclui medicina)	1,3	2,7	1,3	98,0	2,0	100,0	830.522
Humanidades, psicologia, ciências sociais, serviço social e artes	1,5	2,1	1,5	98,7	1,3	100,0	973.314
Agricultura, veterinária, alimentos, extração e mineração	0,3	1,6	0,3	94,7	5,3	100,0	195.587
Formação de professores e ciências da educação	3,0	1,5	3,0	99,5	0,5	100,0	1.856.458
Matemática, física, estatística e ciências da vida	0,6	1,2	0,6	98,0	2,0	100,0	393.671
Jornalismo e informação	0,2	0,8	0,2	96,5	3,5	100,0	150.568
Serviços pessoais, transporte, proteção ambiental e defesa	0,3	0,8	0,3	96,9	3,1	100,0	171.615
Mestrado – dois anos	0,6	9,3	0,7	87,0	13,0	100,0	451.209
Doutorado – quatro anos	0,2	5,1	0,3	81,2	18,8	100,0	70.247
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	62.853.201
Total N	62.224.669	628.531,93	62.853.201	62.224.669	628.531,93	62.853.201	

Obs.: Total N significa total de trabalhadores ocupados

Fonte: Censo 2010 - IBGE (elaborado por Marcelo Medeiros e Juliana Castro Galvão - TDIPEA 2080)

Essa composição é completamente invertida entre o 1% mais rico dos trabalhadores, com 76,8% possuindo um diploma universitário, dos quais 9,3% e 5,1% possuem, respectivamente, mestrados e doutorados. “Diante da forte correlação entre educação e rendimentos no Brasil, este é um resultado esperado”, segundo os autores. É também possível encontrar 14,1% dos trabalhadores com educação secundária completa entre o 1% mais rico, dos quais alguns estão cursando universidade e obterão um diploma em poucos anos.

Possuir elevados níveis de escolaridade é uma característica compartilhada dentro do 1% mais rico. “A questão relevante, porém, é em que medida um diploma universitário é suficiente para fazer com que alguém esteja no 1% mais rico”. Para examinar isso, os autores dividem o nível universitário em categorias e examinam as chances relativas de pertencer ao topo da distribuição (estar acima da linha de riqueza) dos trabalhadores em cada categoria ocupacional.

Quatro categorias de cursos de graduação dominam o 1% mais rico, representando mais de dois terços da classe:

- i) Administração, Negócios e Economia;
- ii) Direito;
- iii) Engenharia, Ciências da Computação, Produção, Construção e Arquitetura; e
- iv) Medicina.

Se forem adicionados os dois níveis de pós-graduação – mestrado e doutorado –, *as seis categorias agregam 86% da classe dos ricos*. A fração da força de trabalho total com um diploma universitário nas primeiras quatro categorias, 7,0%, é menor que a fração em todas as demais categorias, 7,3%. Os autores concluem que “possuir um diploma universitário geral de modo algum parece ser suficiente para colocar alguém acima da linha de riqueza. Ao que tudo indica, por trás dos rendimentos mais elevados há algum tipo de *educação de elite*” (Medeiros; Galvão; 2015, p. 16).

Na realidade, acreditam que a maneira apropriada de contemplar os resultados obtidos é concluir que “nem mesmo a *educação de elite* pode ser tomada como um dos determinantes principais dos níveis atuais de riqueza. A educação de elite seguramente diferencia alguns trabalhadores dos demais e provavelmente é um determinante importante da riqueza de alguns trabalhadores pertencentes ao 1% mais rico, mas uma grande parte destes seria rica mesmo sem a contribuição líquida estimada da educação para seus rendimentos. Portanto, *não se deve assumir que os ricos são ricos predominantemente porque são mais educados*” (Medeiros; Galvão; 2015, p. 23).

Portanto, é um mito o diploma de qualquer curso superior ser visto como passaporte para a automática ascensão salarial e social. Por essa Teoria do Capital Humano, a significativa diferença entre a remuneração de executivos e a de não-executivos é reflexo de uma demanda extraordinária por profissionais bem formados, gerada pela escassez de talentos, disputados em um mercado mais exigente. Grandes empresas utilizam *headhunters* para achar profissionais de alto escalão. O executivo é avaliado, principalmente, pela formação acadêmica e profissional, embora sua experiência seja também considerada: a quase totalidade deles está em outras empresas. Para a mudança de empregos, há grande barganha salarial.

Os defensores dessa hipótese afirmam que *a massificação do ensino superior, combateria esse elitismo*. No entanto, examinando mais de perto o perfil exigido pelas empresas para funcionários de nível executivo, de gerentes a presidentes, verifica-se que, em algumas empresas estrangeiras, é pré-requisito inclusive ser do país de origem da firma.

Só os integrantes de um grupo muito restrito, o dos que concluíram cursos de PhD em Economia ou de *Master Business Administration* (MBA), no exterior – de preferência em uma das universidades americanas consideradas de 1ª linha –, têm o raríssimo privilégio de escolher onde quer trabalhar. Não é apenas uma questão de talento, pois estudar na melhor escola de negócios dos Estados Unidos pode significar um investimento anual de 61,8 mil dólares. Este é o preço cobrado dos alunos de MBA da *Stanford Graduate School of Business*, que ficou no topo do mais recente ranking de escolas de negócios dos Estados Unidos, divulgado pelo US News. Mas, ter o dinheiro não basta. Com uma taxa de admissão de pouco mais de 7%, a escola requer uma nota alta no GMAT (*Graduate Management Admission Test*), exame utilizado nos processos de admissão dos programas de MBA internacionais.

Além disso, tem de ter o suficiente para passar um ano ou mais fora do país, somente estudando. Para algumas famílias, isso pode significar apenas abrir mão de (mais) um carro importado em nome de um futuro promissor. Para muita gente, porém, é quase impossível.

No recrutamento empresarial, a formação escolar em centros de excelência é mais decisiva do que a experiência. No entanto, para obter essa formação escolar, o nível socioeconômico e cultural da família, empiricamente, é o relevante. Em outros termos, ao contrário do que a Teoria do Capital Humano sugere, não é a formação escolar que determina a renda pessoal, mas esta, junto com a cultura familiar, é uma determinante daquela.

Os profissionais que ocupam uma boa posição não costumam ter no currículo nomes de escolas da elite, porque é preciso ter uma boa escola na infância e adolescência, com aulas de inglês e informática. Cursá-los, durante 11 anos, da 1ª série do 1º grau até a 3ª série do 2º grau, quase assegura uma vaga nas melhores faculdades, mas custa uma fortuna, para camadas de baixa renda, mesmo desconsiderando o custo de oportunidade de capitalizar o dinheiro. Inserir um “inglês fluente” (“testado e aprovado” por viagem de intercâmbio no exterior), no currículo, também agrega valor. Tudo isso sem considerar material didático, livros, transporte, alimentação, moradia, etc. É viável para quem pensa em trabalhar durante o dia para pagar os estudos à noite, pois, nos melhores cursos, as aulas são vespertinas? Somando tudo, quem pode arcar com esse custo da ascensão educacional e social, para todos os filhos?

Praticamente, são só as famílias da própria elite. Então, é um mito a ideia de que um jovem apenas com firme determinação e através de esforço individual possa ter uma carreira profissional de sucesso, como se o sucesso dependesse tão-somente de estudar e trabalhar bastante.

As exigências não verbalizadas – como o nepotismo e a herança, nas empresas privadas nacionais; a nacionalidade, nas estrangeiras; e o clientelismo político, nas estatais –, para entrar na alta escala profissional e administrativa, são barreiras à mobilidade social. Um mero diploma de curso superior dá pouca chance de se tornar um executivo top. As carreiras não estão plenamente abertas aos talentos.

Ir para a universidade pública e/ou gratuita com ensino de qualidade estava se tornando algo exclusivo da elite, antes da adoção da política de cotas pelo governo social-desenvolvimentista. Ela se dispõe a pagar todo o ensino pré-universitário, para que seus filhos adquiram (além de conhecimento) toda uma forma de falar, escrever e se comportar distintamente e façam contatos com as “pessoas certas”, para manter o nível socioeconômico e cultural herdado.

Por isso, alguns economistas não encaram a educação somente como “um investimento que constrói o ‘capital humano’, tornando os indivíduos mais produtivos e, dessa forma, beneficiando toda a sociedade”. Esses analistas encaram a educação superior como uma espécie de “peneira”. Ela seria destinada, no fundo, apenas à seleção dos indivíduos da elite, identificando quais teriam garantidas as oportunidades. A sociedade coloca certos obstáculos ou exigências educacionais que as pessoas têm que conseguir saltar, para alcançar a ascensão social.

Os rankings abaixo, construídos a partir dos Grandes Números DIRPF-2014 – AC 2013, dão uma pista a respeito da importância da ocupação profissional do declarante na determinação de suas posições entre os mais ricos, seja por rendimento per capita, seja por bens e direitos per capita.

Estratificação social da riqueza e renda no Brasil

Ranking das 10 Maiores Riquezas (Bens e Direitos Per Capita) por Ocupação Principal do Declarante

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. em %	Valores em R\$ bilhões	
			Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
1 Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor)	13.665	0,1%	313.367,51	1.184.732,15
2 Titular de Cartório	9.340	0,0%	982.719,61	1.134.660,96
3 Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	20.330	0,1%	300.489,21	1.131.705,36
4 Atleta, desportista e afins	5.893	0,0%	148.978,82	816.179,64
5 Diplomata e afins	2.655	0,0%	126.852,04	793.787,10
6 Médico	318.427	1,2%	169.927,62	676.208,61
7 Agente de Bolsa de Valores, câmbio e outros serviços financ.	6.166	0,0%	57.429,30	671.583,68
8 Produtor na exploração agropecuária	358.203	1,4%	38.086,55	658.384,28
9 Ator, diretor de espetáculos	4.759	0,0%	75.826,87	633.171,88
## Dirigente, pres., diretor emp. indust., com. ou prest. serv.	2.793.325	10,5%	33.371,66	621.832,48

Ranking dos 10 Maiores Rendimentos Anuais Per Capita por Ocupação Principal do Declarante

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. em %	Valores em R\$ bilhões	
			Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
1 Titular de Cartório	9.340	0,0%	982.719,61	1.134.660,96
2 Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor)	13.665	0,1%	313.367,51	1.184.732,15
3 Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	20.330	0,1%	300.489,21	1.131.705,36
4 Servidor das carreiras do Banco Central, CVM e Susep	5.423	0,0%	205.842,74	598.509,64
5 Servidor das carreiras de auditoria fiscal e de fiscalização	68.160	0,3%	204.803,24	521.268,89
6 Advogado do setor público, Proc. Fazenda, Cons. Jurídico etc	27.178	0,1%	203.955,09	498.155,96
7 Piloto de aeronaves, comandante de embarc., oficiais de máq.	12.056	0,0%	175.422,51	520.083,18
8 Médico	318.427	1,2%	169.927,62	676.208,61
9 Atleta, desportista e afins	5.893	0,0%	148.978,82	816.179,64
## Diplomata e afins	2.655	0,0%	126.852,04	793.787,10
## Servidor das carreiras do Poder Legislativo	44.768	0,2%	126.609,45	247.194,87

Fonte: SRF - Grandes Números DIRPF 2014 - AC 2013 (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Embora se trate de uma média per capita (valores / quantidade de declarantes) em cada ocupação, o que mais salienta é que, entre as listadas, poucas ocupações não aparecem nos dois rankings. Agente da Bolsa de Valores tem patrimônio acumulado, talvez em ações, não só em função do que recebe de rendimento, comissões e dividendos. Produtor na exploração agropecuária também tem riqueza, provavelmente terra, não advinda do que recebe de rendimento regular; seu ganho de capital deve ser em venda de alimentos agrícolas, exportação de *commodities* ou comércio de gado. Ator e diretor de espetáculos possui riqueza, mas não rendimento regular, pois deve ganhar por temporada. Pela imensa quantidade de declarantes como dirigentes, presidentes e diretores de empresas, no fenômeno conhecido como “pejotização” (CPF’s trocados por CNPJ’s devido às isenções de Pessoas Jurídicas) o patrimônio o coloca no ranking de riqueza, talvez em quotas de capital ou ações, mas a média do lucros e dividendos não se destaca.

Por sua vez, os rendimentos per capita de funcionários do Estado, devido à proximidade dos Três Poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo), e mais pilotos de aeronaves, que transportam essa gente, se destacam no segundo ranking.

Então, não só obter educação de elite, mas também ser selecionado em concursos públicos para seguir carreiras da elite dos servidores públicos são fatores bem-vindos para o futuro enriquecimento. Tanto o Instituto Rio Branco,

quanto a ESAF (Escola Superior de Administração Fazendária), ambos os cursos aumentam as chances. Isso sem considerar o oportunismo do apadrinhamento de alguma dinastia política...

Todos esses fatores referem-se às castas das corporações profissionais. A divulgação das DIRPF anuais pela SRF (Secretaria de Receita Federal) propicia aprofundar as investigações a respeito no sentido de aprofundar o conhecimento sobre as castas a sociedade brasileira. E com isso dar elementos referenciais para a melhoria das políticas públicas de combate à desigualdade social. Listo em seguida, por ordem de riqueza – bens e direitos –, as castas classificadas segundo a ocupação principal do declarante.

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. em %	Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
Castas dos Guerreiros e Esportistas				
1 Atleta, desportista e afins	5.893	0,0%	148.978,82	816.179,64
2 Deleg. de Polícia e serv. carreiras de polícia, exc. militar	124.919	0,5%	92.375,76	162.255,38
3 Militar da Aeronáutica	44.973	0,2%	70.168,26	98.670,94
4 Militar do Exército	104.288	0,4%	66.740,48	84.416,43
5 Militar da Marinha	59.194	0,2%	63.779,96	62.349,58
6 Policial Militar	435.277	1,6%	53.315,38	43.825,82
7 Bombeiro Militar	63.597	0,2%	63.574,26	51.748,84
Subtotal e Média	838.141	3,2%	79.847,56	188.492,38
Castas dos Comerciantes, Financistas e Dirigentes do Setor Privado				
1 Titular de Cartório	9.340	0,0%	982.719,61	1.134.660,96
2 Agente de Bolsa de Valores, câmbio e outros serviços financ.	6.166	0,0%	57.429,30	671.583,68
3 Produtor na exploração agropecuária	358.203	1,4%	38.086,55	658.384,28
4 Dirigente, pres., diretor emp. indust., com. ou prest. serv.	2.793.325	10,5%	33.371,66	621.832,48
5 Dirigente ou adm. part. político, organização patronal etc	6.609	0,0%	45.157,88	502.343,02
6 Presidente, diretor, gerente, superv. organ. internac. e ONG	10.463	0,0%	57.605,56	387.450,25
7 Gerente ou superv. empresa indust., comerc. ou prest. serv.	814.148	3,1%	61.048,72	302.843,92
8 Gerente ou superv. empresa pública e soc. de economia mista	45.495	0,2%	111.527,39	282.622,47
9 Agente e representante comercial, corretor, leiloeiro, afins	54.894	0,2%	45.319,81	257.139,89
# Presidente e diretor empresa pública e soc. economia mista	12.921	0,0%	52.149,82	221.205,95
Subtotal e Média	4.111.564	15,5%	148.441,63	504.006,69
Castas dos Sábios-Tecnocratas				
1 Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor)	13.665	0,1%	313.367,51	1.184.732,15
2 Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	20.330	0,1%	300.489,21	1.131.705,36
3 Diplomata e afins	2.655	0,0%	126.852,04	793.787,10
4 Servidor das carreiras do Banco Central, CVM e Susep	5.423	0,0%	205.842,74	598.509,64
5 Servidor das carreiras de auditoria fiscal e de fiscalização	68.160	0,3%	204.803,24	521.268,89
6 Advogado do setor público, Proc. Fazenda, Cons. Jurídico etc	27.178	0,1%	203.955,09	498.155,96
7 Membro do Poder Executivo	8.549	0,0%	100.278,17	386.056,78
8 Servidor das carreiras do Poder Legislativo	44.768	0,2%	126.609,45	247.194,87
9 Servidor das carreiras de gestão governamental, analista etc	18.040	0,1%	120.183,10	244.752,41
10 Servidor das carreiras do Poder Judiciário, Of. Justiça etc	210.243	0,8%	108.047,92	213.028,27
11 Servidor das carreiras de ciência e tecnologia	13.528	0,1%	109.270,29	205.475,65
12 Membro do Poder Legislativo	37.105	0,1%	70.926,41	175.651,21
13 Servidor das carreiras do Ministério Público	28.836	0,1%	91.326,79	167.606,92
14 Dirigente superior da adm. pública, inclusive fundações etc	63.047	0,2%	71.143,07	147.054,07
15 Servidor das demais carreiras da admin. pública direta etc	421.932	1,6%	63.022,26	90.631,02
Subtotal e Média	983.459	3,7%	147.741,15	440.374,02

Estratificação social da riqueza e renda no Brasil

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. em %	Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
Castas dos Sábios-Universitários				
1 Médico	318.427	1,2%	169.927,62	676.208,61
2 Engenheiro, arquiteto e afins	483.997	1,8%	100.013,86	545.183,24
3 Piloto de aeronaves, comandante de embarc., oficiais de máq.	12.056	0,0%	175.422,51	520.083,18
4 Advogado	312.183	1,2%	58.084,59	465.560,89
5 Agrônomo e afins	35.690	0,1%	93.275,18	420.637,51
6 Economista, administrador, contador, auditor e afins	409.768	1,5%	75.292,45	378.513,53
7 Físico, químico, meteorolog., geólogo, oceanógrafo e afins	37.688	0,1%	103.909,72	337.449,34
8 Biólogo, biomédico e afins	49.903	0,2%	61.976,45	312.741,59
9 Profissional de marketing, publicidade e da comercialização	70.317	0,3%	61.166,46	277.603,96
10 Odontólogo	184.635	0,7%	69.577,45	249.039,88
11 Veterinário, patologista (veterinário) e zootecnista	42.367	0,2%	61.081,53	247.287,10
12 Sociólogo e cientista político	6.196	0,0%	74.987,74	253.943,46
13 Psicólogo e psicanalista	94.994	0,4%	50.968,85	204.051,35
14 Antropólogo e arqueólogo	1.268	0,0%	74.083,48	198.167,79
15 Analista de sist., desenv. de soft., adm. de redes e banco etc	308.946	1,2%	70.406,50	187.479,13
16 Matemático, estatístico, atuário e afins	18.862	0,1%	69.513,15	172.219,74
17 Historiador	3.776	0,0%	60.590,17	156.068,62
18 Geógrafo	4.162	0,0%	66.088,36	134.778,26
19 Filósofo	1.262	0,0%	63.466,05	122.494,37
20 Fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e afins	126.199	0,5%	39.597,64	111.913,31
21 Profissional da educação física (exceto professor)	20.796	0,1%	36.395,47	102.483,43
22 Assistente social e economista doméstico	55.877	0,2%	59.520,14	89.663,07
23 Enfermeiro nível sup., nutricionista, farmacêutico e afins	351.655	1,3%	55.567,15	85.218,92
Subtotal e Média	2.951.024	11,1%	76.126,63	271.686,53
Castas dos Sábios-Sacerdotes Pregadores				
1 Ator, diretor de espetáculos	4.759	0,0%	75.826,87	633.171,88
2 Jornalista e repórter	54.831	0,2%	62.184,22	441.667,09
3 Cenógrafo, decorador de interiores	2.492	0,0%	42.721,44	404.946,31
4 Escritor, crítico, redator	4.654	0,0%	62.077,30	403.849,40
5 Decorador e vitrinista	2.408	0,0%	33.351,56	358.845,68
6 Cantor e compositor	3.368	0,0%	39.812,83	349.486,64
7 Professor do ensino superior	209.421	0,8%	110.225,68	309.143,86
8 Tradutor, intérprete, filólogo	6.244	0,0%	39.040,95	267.801,68
9 Outros profissionais do espetáculo e das artes	18.242	0,1%	42.808,97	198.119,93
10 Músico, arranjador, regente de orquestra ou coral	12.827	0,0%	41.275,84	198.036,75
11 Apresentador, artistas de artes populares e modelos	1.398	0,0%	33.276,56	187.610,43
12 Desenhista industrial, escultor, pintor artístico e afins	31.412	0,1%	38.346,98	181.413,64
13 Locutor, comentarista	3.380	0,0%	45.218,36	174.400,32
14 Empresário e produtor de espetáculos	7.132	0,0%	25.100,27	159.260,16
15 Bibliotecário, documentalista, arquivólogo, museólogo	15.424	0,1%	72.733,25	135.943,61
16 Professor do ensino profissional	44.726	0,2%	64.168,96	121.520,99
17 Instrutor e professor de escolas livres	53.647	0,2%	35.585,06	116.352,05
18 Pedagogo, orientador educacional	128.142	0,5%	55.979,91	85.888,37
19 Sacerdote ou membro de ordens ou seitas religiosas	44.285	0,2%	43.537,48	78.939,10
20 Professor do ensino médio	502.154	1,9%	53.947,54	73.361,69
21 Professor na educação infantil	209.776	0,8%	41.302,13	41.860,08
22 Professor do ensino fundamental	928.698	3,5%	46.827,13	47.091,82
Subtotal e Média	2.289.420	8,6%	50.243,15	225.850,52
Castas dos Trabalhadores				
1 Trabalhador na exploração agropecuária	63.838	0,2%	26.507,26	186.765,72
2 Técnico da produção agropecuária	15.257	0,1%	51.151,94	162.882,52
3 Técnico em navegação aérea, marítima, fluvial e metrofer.	20.513	0,1%	75.132,05	140.809,37
4 Técnico em eletro-eletrônica e fotônica	77.264	0,3%	64.613,44	133.092,81
5 Pescador, caçador e extrativista florestal	3.576	0,0%	24.867,30	131.961,31
6 Desenhista técnico e modelista	17.260	0,1%	51.945,79	130.536,86
7 Técnico em mineralogia e geologia	3.406	0,0%	74.749,81	129.459,03
8 Técnico em metalmecânica	34.563	0,1%	66.170,42	119.388,49
9 Outros técnicos nível médio ciências fís., quím., engenharia	75.403	0,3%	63.089,86	117.580,15
10 Cinegrafista, fotógrafos e técnicos em máq. tratam. de dados	9.427	0,0%	37.561,07	114.915,80
11 Bancário, economiário, escriturário, agente, assistente etc	1.099.049	4,1%	49.903,38	111.931,86
12 Comissário de bordo, guia de turismo, ag. de viagens e afins	27.589	0,1%	43.630,50	111.644,93
13 Técnico das ciências administrativas e contábeis	141.635	0,5%	45.626,23	110.236,11
14 Operador de instalações de prod. e distribuição de energia	26.963	0,1%	68.444,33	111.190,38
15 Técnico em ciências físicas e químicas	22.128	0,1%	61.121,79	104.455,53
16 Técnico em informática	54.959	0,2%	46.289,17	99.548,68
17 Trabalhador das indústrias de madeira e do mobiliário	31.134	0,1%	33.371,11	97.253,39
18 Técnico em constr. civil, edificações e obras de infra-est.	32.884	0,1%	50.149,17	90.985,34
19 Técnico de inspeção, fiscalização e coordenação administrat.	20.463	0,1%	54.522,82	90.308,37
20 Técnico de bioquímica e da biotecnologia	2.464	0,0%	46.443,71	89.334,16
21 Técnico em operação aparelho sonozr., cenografia e projeção	3.861	0,0%	40.592,15	82.074,80
22 Técnico da ciência da saúde animal	1.319	0,0%	47.514,50	81.925,37
23 Técnico de serviços culturais	3.302	0,0%	42.377,94	78.073,55
24 Vendedor e prestador de serviços do comércio, ambulante etc	906.815	3,4%	31.603,21	75.175,15
25 Técnico em operação de estações de rádio e televisão	6.784	0,0%	55.462,08	74.146,13
26 Trabalhador das indústrias química, petroquím., borracha etc	177.685	0,7%	57.841,81	73.048,23
27 Outros trabalhadores de serviços diversos	614.207	2,3%	31.127,62	72.238,57

Continua...

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. em %	Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
28 Técnico em transportes (logística)	30.252	0,1%	43.145,41	70.316,28
29 Outros técnicos de nível médio	489.473	1,8%	50.310,28	68.667,35
30 Motorista e condutor do transporte de passageiros	374.364	1,4%	29.518,13	68.337,97
31 Trabalhador dos serviços de hotelaria e alimentação	50.830	0,2%	31.493,05	67.472,32
32 Trabalhador de instal. e máq. de fabric. de celulose e papel	29.543	0,1%	48.187,54	65.224,45
33 Trabalhador dos serv. de embelezamento e cuidados pessoais	70.285	0,3%	24.297,92	64.826,34
34 Trabalhador das indústrias têxteis, do curtimento, vest. etc	90.973	0,3%	37.838,95	64.671,34
35 Trabalhador de atendim. ao público, caixa, despachante etc	154.334	0,6%	36.233,28	62.407,68
36 Conductor e operador de robôs, veículos e equip. movim. carga	56.755	0,2%	34.623,62	62.496,39
37 Técnico em biologia	2.141	0,0%	47.072,65	59.786,27
38 Trabalhador da fabric. de alim., beb., fumo e agroindústrias	111.129	0,4%	39.377,04	57.107,80
39 Trabalhador da transformação de metais e compósitos	321.176	1,2%	44.285,37	56.997,30
40 Joalheiro, vidreiro, ceramista e afins	16.510	0,1%	38.649,50	55.662,97
41 Trabalhador da fabricação e instalação eletro-eletrônica	42.321	0,2%	42.548,13	55.543,65
42 Técnico de labor., Raios-X e outros equipamentos diagnóstico	41.232	0,2%	47.106,83	53.596,02
43 Trabalhador dos serviços domésticos em geral	18.538	0,1%	21.215,75	53.313,95
44 Técnico de conservação, dissecação e empalhamento de corpos	532	0,0%	51.274,29	49.166,59
45 Montador de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	1.688	0,0%	36.016,87	48.699,47
46 Trabalhador de reparação e manutenção	376.739	1,4%	39.238,79	46.358,13
47 Trabalhador de instal. siderúr. e de materiais de construção	61.350	0,2%	45.705,52	46.253,86
48 Trabalhador dos serviços de admin., conserv. e manut. edif.	58.995	0,2%	34.319,31	44.150,68
49 Trabalhador de outras instalações agroindustriais	36.720	0,1%	37.165,84	44.821,23
50 Trabalhador da indústria extrativa e da construção civil	148.666	0,6%	41.596,83	42.360,07
51 Trabalhador dos serviços de saúde	160.246	0,6%	43.650,76	41.132,99
52 Trabalhador dos serviços de proteção e segur. (exc. militar)	127.339	0,5%	39.943,82	34.370,82
53 Operador de máquina agropecuária e florestal	20.813	0,1%	30.977,97	34.294,52
54 Técnico da ciência da saúde humana	108.173	0,4%	40.428,40	30.531,79
Subtotal e Média	6.494.863	24,5%	44.408,01	80.917,24
Inválido	3.992.423	15,1%	43.933,05	248.107,40
Outras ocupações não especificadas anteriormente	4.833.522	18,2%	31.673,23	105.643,18
Total	26.494.416	100,0%	77801,80	258134,75

Fonte: SRF - Grandes Números DIRPF 2014 - AC 2013 (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Observe que a última posição (54^{a.}) no ranking de riqueza das castas está ocupada por “técnico da ciência da saúde humana”. O “técnico da ciência da saúde animal” está na 22^{a.} posição. Será que outros animais valem mais que o humano?

Segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2013, a população em idade ativa (PIA), isto é, com 15 anos ou mais de idade, chegou a 156,6 milhões. Nesse universo, cerca de 102,5 milhões (65,5%) compunham a população economicamente ativa (PEA) e 54,1 milhões de pessoas (34,5%) formavam a população não economicamente ativa (PNEA). Então, a taxa de atividade (proporção de pessoas em idade ativa que estavam na PEA) foi de 65,5% em 2013.

Já o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado chegou a 36,8 milhões de pessoas. Com isso, o percentual de empregados com carteira assinada passou para 76,1% no setor privado. No setor público é obrigatória a assinatura da carteira. Segundo a pesquisa, 61,9% dos ocupados (59,3 milhões de pessoas) em 2013 contribuíam para a previdência.

Precisava declarar o IR (Imposto de Renda) em 2014 quem recebeu rendimentos tributáveis com soma anual igual ou superior a R\$ 25.661,70 (média mensal de R\$ 2.138,48 ou 3,15 salários mínimos, cujo valor era R\$ 678,00 em 2013) e/ou recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou

tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00, no ano-calendário de 2013. Cerca de 26,5 milhões foram os declarantes.

Portanto, entre os ocupados, 45% fizeram a DIRPF. Arbitramos que *os 26,5 milhões declarantes pertencem às castas brasileiras*, ou seja, 26% da PEA. O restante seria constituído pelos “párias”?

Entre os 19,7 milhões de trabalhadores por conta própria, cerca de 3,5 milhões (18%) trabalhavam em empreendimentos registrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 2013. Dentre os 3,6 milhões de empregadores, 2,9 milhões (79,1%) trabalhavam em empreendimento com CNPJ.

Para analisar com simplicidade essa complexidade representada em imensa planilha, o ranking-síntese abaixo destaca os nódulos-chave da estratificação social de riqueza e renda no Brasil. Evidentemente, quando analisamos esse sistema complexo com base em *média per capita*, não podemos deixar de lembrar aquela piada corporativa de economistas: “pé no freezer, cabeça no forno: na média, um bem-estar”...

O ranking das castas por riqueza média per capita, apresentado abaixo, demonstra a hierarquia, revelando que a casta dos comerciantes, em termos de cada indivíduo, se apropria de bens com mais do que seis vezes o valor dos bens per capita da casta dos trabalhadores. Em rendimento per capita o múltiplo é pouco mais do que três vezes. Em outras palavras, *a concentração de riqueza dobra em relação à da renda*.

Ranking das Castas por Riqueza Média Per Capita	Qtde. Declarantes	Particip. em %	Rendim. per capita (R\$)	Bens per capita (R\$)
1 Castas dos Comerciantes, Financistas e Dirigentes do Setor Privado	4.111.564	15,5%	148.441,63	504.006,69
2 Castas dos Sábios-Tecnocratas	983.459	3,7%	147.741,15	440.374,02
3 Castas dos Sábios-Universitários	2.951.024	11,1%	76.126,63	271.686,53
4 Castas dos Sábios-Sacerdotes Pregadores	2.289.420	8,6%	50.243,15	225.850,52
5 Castas dos Guerreiros e Esportistas	838.141	3,2%	79.847,56	188.492,38
6 Castas dos Trabalhadores	6.494.863	24,5%	44.408,01	80.917,24

Fonte: SRF - Grandes Números DIRPF 2014 - AC 2013 (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)
 Obs.: o total de 26.494.416 declarantes inclui inválidos e outras ocupações não especificadas.

Na tabela anterior, vimos que o rendimento médio per capita de todos os 26,5 milhões declarantes pertencentes as seis castas listadas atingiu R\$ 77.801,80 em 2013, ou seja, R\$ 6.483,42 por mês ou quase dez salários mínimos mensais, *o que seria uma renda de classe média alta caso houvesse uma distribuição da renda completamente igualitária*. Mostra que há um nicho de mercado consumidor expressivo no País, tanto que atrai todas as grandes

marcas mundiais de bens de consumo massivos. Em termos desse rendimento médio, as castas dos sábios-sacerdotes e dos trabalhadores estão abaixo.

Já quanto aos bens per capita de todos os 26,5 milhões declarantes (membros das seis castas listadas), *se a distribuição da riqueza fosse absolutamente igualitária*, cada qual possuiria R\$ 258.134,75 em 2013 – algo como o valor médio de uma moradia. Na realidade, as castas dos sábios-sacerdotes e dos trabalhadores tinham menos, mas nesse caso a elas se soma a casta dos guerreiros e esportistas, mais por causa daqueles do que destes que possuem riqueza per capita de R\$ 816.179,64. Isto graças a sua cinestesia: sentido da percepção de movimento, peso, resistência e posição do corpo, provocado por estímulos do próprio organismo.

Os tipos de inteligência que os seres humanos possuem são:

1. *Lógico-matemática*: capacidade de raciocínio lógico e compreensão de modelos matemáticos; habilidade de lidar com conceitos científicos.
2. *Linguística*: domínio da expressão com a linguagem verbal.
3. *Espacial*: percepção do sentido de movimento, localização e direção.
4. *Musical*: domínio da expressão com sons.
5. *Corporal-cinestésica*: domínio dos movimentos do corpo.
6. *Intrapessoal*: capacidade de auto compreensão, automotivação e conhecimento de si mesmo, ou seja, habilidade de administrar os sentimentos a seu favor.
7. *Interpessoal*: capacidade de se relacionar com o outro, entender reações e criar empatia; inclui-se nesta categoria a inteligência *naturalista*, que é a facilidade de apreender os processos da natureza

Os membros da casta dos comerciantes devem se destacar nesse último de inteligência, a interpessoal, pois *negociar exige empatia*, isto é, colocar-se no lugar do outro, imaginando o que ele pensa. Por paradoxal que possa parecer, o capitalismo comercial trouxe mais paz ao mundo, devido à progressiva troca da conquista violenta da riqueza territorial (terras em uma sociedade rural) pelo comércio em uma divisão de trabalho onde não se pode matar o parceiro comercial que é seu fornecedor...

Como era de se esperar em um capitalismo explorador como existe no Brasil, a casta dos comerciantes acumula capital (“bens para vender”) em média com valor mais do que seis vezes maior do que a casta dos trabalhadores se apropria, enquanto a média dos rendimentos angariados em 2013 é 3,3 vezes maior. Interessante seria comparar esse dado com evidências internacionais

precisas, mas o que se sabe, a partir do livro de Piketty (2014), é que, em todos os lugares e tempos, *a concentração da riqueza é muito maior do que a da renda.*

Quanto à riqueza, os bens e direitos registrados nas DIRPF 2014 – AC 2013 são os seguintes:

Tabela 21 - Bens e Direitos

Tipo do Bem/Direito	Valores em R\$ bilhões	
	Valor	% do Total
Apartamento	858,46	15%
Casa	710,04	12%
Terreno	283,37	5%
Terra nua	198,50	3%
Prédio residencial	69,68	1%
Construção	68,73	1%
Prédio comercial	50,45	1%
Sala ou conjunto	49,96	1%
Total da Ativos Imobiliários		40%
Aplicação de renda fixa (CDB, RDB e outros)	355,73	6%
Ações (inclusive as provenientes de linha telefônica)	282,44	5%
Caderneta de poupança	279,44	5%
Fundo de Longo Prazo e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)	209,01	4%
Dinheiro em espécie - Moeda nacional	183,57	3%
Crédito decorrente de empréstimo	160,85	3%
Outras aplicações e investimentos	136,54	2%
VGBL - Vida gerador de benefício livre	125,10	2%
Fundo de Curto Prazo	88,59	2%
Fundos Ações, Mútuos Privat., Invest. Emp. Emerg., Invest. Participação e Invest	66,74	1%
Depósito bancário em conta corrente no país	57,00	1%
Outros fundos	52,92	1%
Quotas ou quinhões de capital	519,54	9%
Outras participações societárias	42,56	1%
Total de Ativos Financeiros		44%
Veículo automotor terrestre: caminhão,automóvel, moto, etc.	447,51	8%
Demais Bens e Direitos	382,57	7%
Total Bens e Direitos:	5.825,47	

A partir de dados do IBGE, antes da grande depressão de 2015-16, previa-se aumento do número de famílias de 58 milhões em 2009 para 69 milhões em 2020, sendo, desse total, 29 milhões da “nova classe média”. O poder de compra total da classe C (R\$ 757 bilhões) seria 20% maior que o da classe A (R\$ 618 bilhões), 33% maior do que o da B (R\$ 570 bilhões) e quase o triplo das massas de renda das classes D e E somadas. Levando em conta o

número absoluto de famílias, o tamanho das classes D e E permaneceria praticamente constante de 1999 até 2020. Nesse cenário, o “brasileiro médio” passaria a ter padrão de consumo próximo ao observado em países desenvolvidos.

Os “Cinco Cês da Classe C” são Carro, Casa, Casamento, Crianças, Consumo. Se quiséssemos ampliar esse mnemônico, que serve para facilitar a memorização, de modo jocoso, diríamos “Ceis” (com C) “Çonhos” (com C cedilha) da Classe C, isto é, da típica Classe Média, são aqueles acrescentados de Cruzeiro como símbolo do status de viajar. Mas isso poderia ser visto como esnobismo, porque a casta dos sábios acha que “passaporte não é diploma”. Tenta valorizar e cobrar de outras castas o valor que, pretensamente, possui: Cultura. Este seria o sétimo Cê, mas custa muito conseguir...

Haveria ainda a necessidade do oitavo Cê: Complementar Previdência. Quanto a trabalhadores tornarem-se rentistas, a esquerda acha que é uma “contradição em seus próprios termos” (trabalho X ócio), e doutrinariamente não aceita!

3 Substituição da renda do trabalho pela renda do capital na aposentadoria

A esquerda brasileira é cristã e medieval?! *Usura* é o nome dado a prática de se cobrar juros excessivos pelo empréstimo de determinada quantia de dinheiro. Até a Idade Média, a prática de cobrar juro era proibida, pois a Igreja Católica acreditava que “dinheiro não poderia gerar dinheiro”. A cobrança de juros era considerada uma forma de se explorar alguém que estava passando por situação difícil. Mas por que alguém emprestaria seu dinheiro, propiciando ganho ao devedor, sem receber nenhum prêmio pelo custo de oportunidade?!

A busca do bode expiatório é importante instrumento de propaganda. Os judeus durante o período nazista constituíram um exemplo clássico. Os grupos usados como bode expiatórios foram (e são) muitos ao longo da História, variando de acordo com o local e o período. Recentemente, esta tendência está sendo levada novamente a seu extremo. Em época de crise financeira, essa perseguição aos “rentistas” alcança inclusive trabalhadores inativos, isto é, aposentados. Na realidade, todas as castas da elite socioeconômica são “rentistas” e não necessariamente “improdutivas”.

Quando esta tendência de expurgar os pecados via bode expiatório, caça às bruxas, perseguição aos usuários, entre outras reações emocionais, é levada ao seu extremo, podem ser criadas regras sociais de controle da linguagem, como no caso do politicamente correto. Parece ser “*in*” condenar a “financeirização” ou a “dominância financeira”. É classificado como “*out*” alertar que todos nós, trabalhadores assalariados que recebem acima do teto do INSS – o maior valor pago pela Previdência Social a quem se aposentar em 2016 será de R\$ 5.189,82 –, necessariamente, somos (ou seremos) rentistas, quando aposentarmos, devido à longevidade da vida inativa. Temos de investir durante a fase da vida ativa para obter uma renda do capital que substitua a renda do trabalho na fase da vida inativa de maneira a manter o mesmo padrão de vida.

Pior, dado o preconceito contra o rentista, pode ser condenado a arder no inferno (ou então a receber gelo) aquele que salientar que, no Brasil, a gestão dos grandes bancos é realizada não por genuínos banqueiros (comerciantes de dinheiro), mas sim por profissionais (sábios-tecnocratas) que ascenderam na carreira.

Por isso, critico a distinção política entre *capitalistas produtivos*, que aplica parte de seus lucros na expansão da capacidade produtiva, e *capitalistas rentistas e financeiros*, que são remunerados por rendas do capital, isto é, juros, alugueis de imóveis urbanos ou arrendamentos de terra, dividendos e ganhos de capital. Parece que a aversão a estes últimos, inconscientemente, é resquício moralista do cristianismo medieval antiusura e antisemita. Nessa visão, não há lugar para a atividade bancária – viabilizar sistema de pagamentos, oferecer rendimento-liquidez-segurança para investidores e possibilitar alavancagem financeira –, nem mesmo bancos de desenvolvimento?!

Uma economia sem empréstimos não é dinâmica. Analisando-se a série temporal sobre o crédito no Brasil, verifica-se que o saldo total de crédito concedido pelo sistema financeiro brasileiro, comparado com o PIB da época, depois do confisco de parte do estoque de títulos de dívida pública pelo governo Collor, subiu de uma relação de 20,2%, em 1990, para o patamar de 28,6%, no início de 1994. Ao final deste ano, em que ocorreu uma “bolha de consumo”, provocada pelo Plano Real, a proporção atingiu seu “pico histórico”, isto é, 37%. Durante os dois mandatos do governo FHC, a tendência de queda

predominante levou ao “pisso” de 23,8%, em maio de 2003. Com uma série de incentivos ao crédito, desde então, a relação crédito / PIB atingiu 58,9% do PIB, em dezembro de 2014, sem considerar a revisão do PIB a maior. O crédito direcionado dos bancos públicos, em especial, tem um papel-chave no instrumental social-desenvolvimentista.

Agora que está se voltando aos níveis de desigualdade social da Belle Époque, após trinta anos de dominância do comerciante, ninguém deveria estar perplexo com a extraordinária transferência de riqueza: o comerciante, quando livre de amarras, ama a flexibilidade e odeia imobilizar seu capital por medo de perder lucro maior – o eufemismo do custo de oportunidade. Entregar o controle empresarial do sábio para o comerciante, fatalmente, criaria uma elite de executivos e investidores super-ricos com base na ideologia da meritocracia e com pouco interesse com o bem-estar social das castas abaixo da deles.

Pior, houve a propagação do seu *éthos*, sua mentalidade, para faixas cada vez maiores da população. A classe média “instruída” sonha em imitar os banqueiros, tornando-se mais “flexível” em seus valores e adotando os que dão boa resposta às necessidades ideológicas do livre-mercado.

Ela se enxerga com um viés heurístico de auto validação não fidedigno com os dados e as informações objetivas. Muitas pessoas da classe média de renda defendem os valores dos super-ricos supondo que essa atitude condiz com a ideologia da *meritocracia*. Esta é o predomínio em uma sociedade, organização, grupo, ocupação, etc., daqueles que têm mais méritos, ou seja, os mais trabalhadores, mais dedicados, mais bem-dotados intelectualmente. Como muitos da classe média se enxergam como tais “vencedores” (ou *self-made-man*) da classe ou grupo de líderes em um sistema desse tipo, capazes de galgar posições de riqueza até o topo, defendem contra o corporativismo ou o apadrinhamento político um sistema de recompensa e/ou promoção em emprego fundamentado no mérito pessoal. O individualismo obscurece os reais mecanismos de enriquecimento.

Por exemplo, o Quadro abaixo demonstra a desigualdade entre média per capita de saldos financeiros entre três segmentos de clientes: *varejo de baixa e média renda* com R\$ 12.343,00 em dezembro de 2015, *varejo de alta renda* com R\$ 112.971,00 e *Private Banking*, isto é, super-ricos com R\$ 6.483.339,00.

Consolidado de Distribuição de Produtos Financeiros

Dez/15

	Saldo R\$ Milhões	Clientes Por Produto	Média Per Capita (R\$)
TOTAL DO VAREJO	1.391.727,5	71.628.340	19.430
1. FUNDOS DE INVESTIMENTO	323.366,7	4.411.642	73.298
2. FUNDOS ESTRUTURADOS / ETFs	6.556,8	68.156	96.202
3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	458.223,9	4.968.293	92.230
4. POUPANÇA (saldo > R\$ 100)	603.580,2	62.180.249	9.707
Obs.: desconsiderando:			
Poupança (Saldo <= R\$ 100,00) ^[3]	1.156,9	67.415.660	17
VAREJO TRADICIONAL	821.830,7	66.583.725	12.343
DEP. DE POUPANÇA DA BAIXA E MÉDIA RENDA	531.772,4	60.260.349	8.825
VAREJO ALTA RENDA	569.896,9	5.044.615	112.971
DEPÓSITOS DE POUPANÇA DA ALTA RENDA	71.807,7	1.919.900	37.402
1 - POSIÇÃO DE AuM * DE PRIVATE BANKING	712.480,02		
* Ativos sob Administração			
2 - NÚMERO DE GRUPOS ECONÔMICOS POR DOMICÍLIO **		52.050	13.688.377
** Os Grupos Econômicos (GE) são definidos conforme classificação de cada instituição.			
3 - NÚMERO DE CLIENTES POR DOMICÍLIO ***		109.894	6.483.339
*** O número de clientes é resultado da soma dos CPF's e CNPJ's atendidos pelo Private.			
Fonte: ANBIMA			

A partir da adoção de um algoritmo, expresso na referência 1-3-6-9, ficou mais fácil para o trabalhador-investidor seguir uma regra na estimativa de quanto tem de acumular para manter na aposentadoria o padrão de vida alcançado na fase profissional ativa. Quem tem 35 anos, precisa ter acumulado uma reserva de um salário anual, p.ex., se ganha R\$ 5.000 / mês, terá de ter no mínimo R\$ 60.000,00 de reservas no PGBL. Aos 45 anos, três salários anuais, por exemplo, quem recebe R\$ 10.000 / mês (R\$ 120.000 ao ano), necessitará de saldo de R\$ 360.000,00. Aos 55 anos, seis salários anuais, p.ex., quem recebe R\$ 15.000 / mês (R\$ 180.000 ao ano), necessitará de saldo de R\$ 1.080.000,00, ou seja, ser milionário em reais. Aos 65 anos, nove salários anuais, por exemplo, quem recebe R\$ 25.000 / mês (R\$ 300.000 ao ano), necessitará de saldo de R\$ 2.700.000,00, ou seja, tentar ser “quase milionário em dólares”.

Idade	Salário mensal	Salário anual	Número de salários anuais	Saldo em PGBL/VGBL
35 anos	R\$ 5.000	R\$ 60.000	1	R\$ 60.000
45 anos	R\$ 10.000	R\$ 120.000	3	R\$ 360.000
55 anos	R\$ 15.000	R\$ 180.000	6	R\$ 1.080.000
65 anos	R\$ 25.000	R\$ 300.000	9	R\$ 2.700.000

O trabalhador-investidor nessa última faixa de idade está na pré-aposentadoria. Com quase três milhões de reais em volume de negócios, ele se aproxima de tornar um cliente de *Private Banking* “milionário em dólares”. Existem apenas 52.000 grupos familiares, que somam cerca de 110.000 CPFs e CNPJs, nessa situação no Brasil.

Como mostrou Piketty (2014), com r (rendimento do capital) igual a 5% e g igual a 1%, os donos de riqueza só precisam reinvestir um quinto (20%) do seu rendimento de capital para garantir que a sua riqueza cresça tão rápida quanto a economia. No Brasil, país com a maior taxa de juros real do mundo há muitos anos, a acumulação de capital financeiro é mais fácil.

A equivalência da taxa do juro média real na Era Neoliberal (1995-2002) de 15,1% aa foi de 1,2% am; na Era Social-desenvolvimentista (2003-2014) de 6,6% aa foi 0,5% am. No primeiro caso, investindo, por exemplo, R\$ 1.000 todos os meses a 1% am de taxa de juros, em 20 anos já se tornaria milionário e receberia um rendimento mensal de R\$ 9.784,71. No segundo caso, o mesmo investimento com a menor taxa de juros levaria 30 anos para se tornar milionário e receber uma renda mensal do capital de cerca de R\$ 4.992,61. Entende-se, então, a saudade de O Mercado por aqueles tempos de fartura...

Um investidor que tivesse aplicado R\$ 36.000,00 em dezembro de 1994 a 100% da taxa de juros Selic em um título da dívida pública pós-fixado com risco soberano, como a LFT, e deixasse capitalizando esse investimento por 20 anos, até dezembro de 2014, tornar-se-ia milionário com R\$ 1.080.082,19. A média anual da Selic nominal nessas duas décadas foi de 18,5% aa. A taxa de

juros real foi 10,5% ao ano. O poder aquisitivo desse investimento teria se multiplicado por sete vezes! Foram “duas décadas ganhas” pelos rentistas!

4 Desigualdade na tributação da renda do trabalho e renda do capital

A tabela abaixo dos Grandes Números DIRPF 2014 – AC 2013 considera entre os bens e direitos não apenas os ativos financeiros, mas também os automotores e ativos imobiliários, todos contabilizados pelo valor histórico, isto é, sem atualização pelo valor de mercado. O número de 726.725 milionários com média per capita de bens e direitos contabilizados em reais, segundo auto declaração, multiplicou-se por sete vezes desde 1999, quando eram 103.219 milionários em termos de média de bens e direitos declarados. Eram milionários, em média per capita, os pertencentes às faixas de rendimento total acima de 40 salários mínimos mensais, ou seja, R\$ 27.120,00 em 2013 ou R\$ 35.200,00 no valor de 2016.

GRANDES NUMEROS DIRPF 2014 - ANO CALENDARIO 2013								
Tabela 9 - Resumo das Declarações Por Faixa de Rendimentos Totais								
Valores R\$ milhões								
Faixa de Rendimento Total	Qtde Declarantes	Particip. em %	Rendim. Tribut.	Particip. em %	Rendim. per capita anual em R\$	Bens e Direitos	Particip. em %	Bens e Direitos per capita
Até 1/2 Salário Mín.	1.268.688	4,8%	209,8	0,0%	165,40	91.710,7	1,6%	72.287,83
1/2 a 1 Salário Mín.	518.341	2,0%	3.570,9	0,3%	6.889,16	28.847,9	0,5%	55.654,25
1 a 2 Salários Mín.	1.075.827	4,1%	11.489,8	0,9%	10.679,99	63.828,3	1,1%	59.329,50
2 a 3 Salários Mín.	2.692.915	10,2%	52.210,3	4,0%	19.388,03	162.664,7	2,8%	60.404,68
3 a 5 Salários Mín.	7.882.026	29,7%	215.199,9	16,6%	27.302,61	489.763,5	8,4%	62.136,75
5 a 10 Salários Mín.	7.300.376	27,6%	331.748,1	25,7%	45.442,60	757.644,1	13,0%	103.781,51
10 a 20 Salários Mín.	3.522.174	13,3%	285.867,5	22,1%	81.162,23	863.634,5	14,8%	245.199,26
20 a 40 Salários Mín.	1.507.344	5,7%	212.059,5	16,4%	140.684,23	946.215,0	16,2%	627.736,59
40 a 80 Salários Mín.	518.567	2,0%	109.013,0	8,4%	210.219,78	703.606,2	12,1%	1.356.828,03
80 a 160 Salários Mín.	136.718	0,5%	34.452,1	2,7%	251.994,17	453.223,2	7,8%	3.315.021,89
> 160 Salários Mín.	71.440	0,3%	37.384,2	2,9%	523.295,32	1.264.339,8	21,7%	17.697.925,62
Total	26.494.416	100,0%	1.293.205	100,0%	48.810,49	5.825.478	100,0%	219.875,68

Os 71.440 declarantes na faixa de rendimento total superior a 160 salários mínimos (R\$ 108.480,00 em 2013 e R\$ 140.800,00 em 2016) receberam R\$ 4,170 milhões como renda tributável média per capita e tinham bens e direitos no valor médio de R\$ 17,698 milhões no ano de 2013. Por que tamanha desigualdade de renda e riqueza desse top no Brasil?

Em poucas palavras, lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes são não tributáveis! Assim como são isentos os rendimentos de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte, transferências patrimoniais sob forma de doações e heranças – estas são tributáveis por

ITCMD no nível estadual –, e incorporação de reservas ao capital ou bonificações em ações. Somados, esses privilégios de “empresários” representavam 56% do total de rendimentos isentos.

Comparativamente, o imposto de renda total em relação à renda dessa faixa superior (6,51%) é inferior ao de todas as faixas superiores a 10 salários mínimos. A faixa de maior tributação é a que recebe de 20 a 40 salários mínimos: 11,96%. A tributação do top (0,3% dos declarantes) está abaixo mesmo da média de todas as faixas (6,90%).

Quais são as ocupações principais dos declarantes de recebedores de lucros e dividendos ou rendimentos de sócio e titular de microempresa? A tabela abaixo demonstra bem o vantajoso (em termos individuais) fenômeno da “pejotização”, pois são 688.924 declarantes como dirigentes, presidentes, diretores de empresa industrial, comercial ou de prestação de serviços. São tantos que a média per capita de rendimentos é relativamente baixa: R\$ 46.635,29 no ano de 2013, embora a média de posse de riqueza fosse a quarta maior entre todas as ocupações.

Tabela 11 - Declarações de Recebedores de Lucros e Dividendos + Rend.Sócio e Titular Microempresa por Ocupação Princ

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendim. Tribut. (R\$ milhões)	Rendim. per capita (R\$)	Bens e Direitos (R\$ milhões)	Bens per capita (R\$)
Dirigente, pres., diretor emp. indust., com. ou prest. serv.	688.924	32.128,2	46.635,29	1.254.135,3	1.820.426
Médico	129.350	21.438,2	165.737,94	133.959,0	1.035.632
Engenheiro, arquiteto e afins	79.918	7.377,6	92.314,13	125.002,5	1.564.134
Outras ocupações não especificadas anteriormente	275.862	8.508,8	30.844,33	143.427,9	519.926
Não informado	195.460	13.028,7	66.656,74	227.380,3	1.163.308
Advogado	62.448	3.589,1	57.472,97	80.825,3	1.294.281
Gerente ou superv. empresa indust., comerc. ou prest. serv.	126.671	7.085,8	55.938,83	106.042,3	837.147
Economista, administrador, contador, auditor e afins	58.853	4.963,4	84.334,95	75.978,8	1.290.992
Produtor na exploração agropecuária	37.103	2.611,0	70.372,34	68.774,0	1.853.598
Analista de sist., desenv.de soft., adm.de redes e banco etc	38.292	2.031,6	53.054,39	16.173,4	422.369
Professor do ensino superior	15.551	2.272,2	146.115,83	14.868,7	956.122
Profissional de marketing, publicidade e da comercialização	10.642	489,4	45.989,66	9.207,0	865.154
Odontólogo	20.950	1.793,8	85.621,19	12.212,9	582.955
Bancário, economiário, escriturário, agente, assistente etc	44.776	3.289,5	73.466,21	17.663,8	394.492
Jornalista e repórter	7.243	413,1	57.035,95	17.325,4	2.392.026
Vendedor e prestador de serviços do comércio, ambulante etc	41.769	1.200,3	28.735,90	11.381,5	272.488
Agente e representante comercial, corretor, leiloeiro, afins	8.313	375,0	45.115,39	5.525,9	664.725
Psicólogo e psicanalista	8.007	424,9	53.065,50	6.260,6	781.888
Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	2.470	795,2	321.961,77	5.364,8	2.172.000
Agrônomo e afins	4.580	396,8	86.641,58	5.172,0	1.129.251
Outros (demais ocupações)	243.641	19.106,7	78.421,42	125.174,1	513.765
Total	2.100.823	133.319,3	63.460,51	2.461.855,3	1.171.853

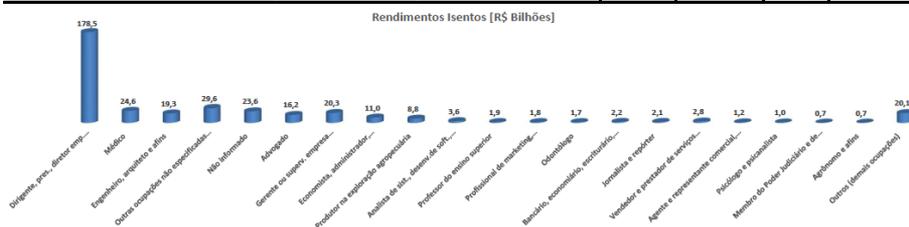
Provavelmente, os R\$ 178,5 bilhões de rendimentos isentos da “diretoria” estão incluídos no valor das duas faixas superiores de rendimento total: R\$ 160,977 bilhões dos que receberam mais de 160 salários mínimos e

R\$ 50,769 bilhões dos entre 80 e 160 salários mínimos. Compare as duas tabelas abaixo.

GRANDES NUMEROS DIRPF 2014 - ANO CALENDARIO 2013

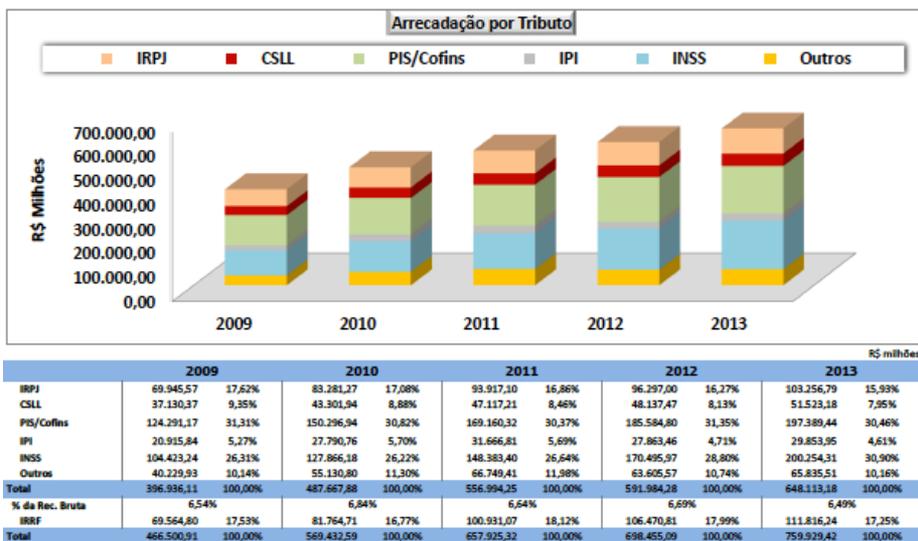
Tabela 10 - Declarações de Recebedores de Lucros e Dividendos + Rend.Sócio e Titular Microempresa por Faixa de Rendimento Total/Valores em R\$ milhões

Faixa de Rendimento Total	Qtd Declarantes	Particip. em %	Rendim. Tribut.	Particip. em %	Rendim. per capita anual em R\$	Rendim. Isentos	Particip. em %	Bens e Direitos	Particip. em %	Bens e Direitos per capita
Até 1/2 Salário Min.	14.878	0,7%	2,5	0,0%	170,18	20,23	0,0%	2.109,8	0,1%	141.806,48
1/2 a 1 Salário Min.	13.041	0,6%	22,5	0,0%	1724,22	57,76	0,0%	1.418,7	0,1%	108.790,72
1 a 2 Salários Min.	58.975	2,8%	370,7	0,3%	6285,06	347,70	0,1%	4.830,9	0,2%	81.913,87
2 a 3 Salários Min.	89.092	4,2%	989,1	0,7%	11101,54	845,38	0,2%	8.537,1	0,3%	95.823,09
3 a 5 Salários Min.	280.036	13,3%	5369,1	4,0%	19172,71	3604,61	1,0%	34.744,1	1,4%	124.070,21
5 a 10 Salários Min.	481.078	22,9%	12828,1	9,6%	26665,39	15051,19	4,0%	104.274,2	4,2%	216.751,19
10 a 20 Salários Min.	460.465	21,9%	20059,8	15,0%	43564,15	31733,14	8,5%	193.665,7	7,9%	420.587,19
20 a 40 Salários Min.	361.166	17,2%	29750,7	22,3%	82373,92	49638,52	13,4%	367.572,8	14,9%	1.017.739,11
40 a 80 Salários Min.	209.954	10,0%	29430,6	22,1%	140176,43	58737,13	15,8%	368.914,1	15,0%	1.757.118,50
80 a 160 Salários Min.	80.719	3,8%	14583,6	10,9%	180671,84	50769,82	13,7%	304.182,5	12,4%	3.768.412,29
> 160 Salários Min.	51.419	2,4%	19912,7	14,9%	387263,56	160977,34	43,3%	1.071.605,5	43,5%	20.840.652,99
Total	2.100.823	100,0%	133.319,3	100,0%	63460,51	371782,61	100%	2.461.855,3	100,0%	1.171.852,81



O argumento dos empresários (Pessoas Físicas) para receber suas isenções é que suas empresas (Pessoas Jurídicas) já pagam impostos, assim, caso não fossem isentos, eles sofreriam bi-tributação! *Oh, coitados, isso ocorre em todos os países civilizados...*

Confira abaixo, em dados da Secretaria de Receita Federal, que o peso do IRPJ na estrutura da carga tributária não era relativamente elevado: 15,93%. O IRPF representava 17,25% em 2013. Esse privilégio de isenção simplesmente demonstra a força política da casta dos comerciantes-financeiros brasileiros.



A carga tributária no Brasil em 2013 (33,7% do PIB) estava bastante próxima da média da OCDE: 35%. No entanto, em um ranking de 27 países da OCDE da carga tributária sobre Renda, Lucro e Ganho de Capital a do Brasil (6,1%) só superava a da Turquia (5,9%). A média da OCDE era 11,7% do PIB. Sobre Propriedade a média da OCDE era 1,9% e a do Brasil 1,3%. O Brasil estava no top do ranking considerando a carga tributária sobre bens e serviços: 17,9% contra 11,5% do PIB no caso da média da OCDE. Em outras palavras, em *tributação regressiva* que penalizava mais os pobres o País era campeão!

Na verdade, é fácil fazer um diagnóstico da extraordinária desigualdade social na apropriação da riqueza e no recebimento de renda no Brasil. Difícil, politicamente, é corrigir essa causa primária: *a estrutura tributária regressiva brasileira*. Basta comparar os dados abaixo para verificar que, em uma política fiscal mais igualitária, a estrutura brasileira tinha que se aproximar da OCDE: em vez de tributação sobre renda e lucros representar apenas 17,8% da carga tributária, tinha que subir para o patamar da OCDE de 33,5%. Por sua vez, a tributação sobre bens e serviços teria de ser abaixada de 49,7% para 32,9% como é o caso da OCDE, cujas tributações tipicamente regressiva e progressiva representa cada qual cerca de 1/3 da carga tributária.

Novamente, *é fácil falar, mas difícil fazer*. Isto porque as bancadas de congressistas paroquiais e bairristas fincarão trincheiras em defesa da manutenção do *status quo*, em que eles se beneficiam com discurso que estão defendendo suas unidades federativas. Tudo isso em desfavor dos pobres que

proporcionalmente são mais penalizados pela tributação regressiva sobre bens e serviços, seguridade social e encargos sobre folha salarial do que as castas poderosas – e, claro, ricas – no País.

Tabela 18 - Participação percentual de cada base de incidência na carga tributária total para países da AL (2012) e média OCDE (2011).

	% CT				
	Trib. sobre Renda e Lucros	Seg. Social e Folha salarial	Trib. sobre Propriedade	Trib. Sobre Bens e Serviços	Outros Tributos
Brasil	17,8	26,5	3,9	49,7	2,1
AL (18)	26,4	17,7	3,3	51,3	1,4
OCDE (34)	33,5	27,3	5,4	32,9	0,9

Obs: As médias para OCDE e AL são médias aritméticas simples e sem ponderação.

Fonte: OCDE e RFB / Elaboração Própria.

Conclusão

Como diz Chang (2013), “não faz muito tempo que a maior parte do mundo emergiu de uma situação na qual as pessoas eram impedidas de progredir individualmente em função da sua raça, sexo ou casta. A *igualdade de oportunidades* é algo que deve ser altamente promovido. Muitas das regras formais que restringiam a igualdade de oportunidades foram revogadas nas últimas gerações. Isso se deve em grande parte às *lutas políticas dos discriminados* — como a exigência cartista do sufrágio universal (masculino) na Grã-Bretanha em meados do século XIX [e feminino na segunda e terceira década do século XX], o movimento dos Direitos Civis dos negros americanos da década de 1960, a luta antiapartheid na África do Sul na segunda metade do século XX e a luta das pessoas das castas inferiores na Índia atual. Sem essas e um sem número de outras campanhas realizadas pelas mulheres, pelas raças oprimidas e pelos membros das castas inferiores, ainda estaríamos vivendo em um mundo no qual restringir os direitos das pessoas de acordo com uma ‘*loteria da condição de nascimento*’ seria considerado natural”.

O sistema de castas adotava uma rígida hierarquia social que restringia a escolha das ocupações de acordo com a origem da pessoa. Isso impedia que homens talentosos das castas com menor riqueza fossem além dela. Por exemplo, na Antiguidade chinesa havia uma divisão crucial entre os filhos das castas que podiam prestar o exame extraordinariamente difícil para o serviço

público estatal e ser incorporados à casta governante. Os filhos dos artesãos e comerciantes nem mesmo tinham permissão para prestar o exame, por mais inteligentes que fossem.

Posteriormente, a China passou a adotar uma abordagem mais pragmática na interpretação das doutrinas clássicas e a permitir que pessoas das classes dos comerciantes e dos artesãos prestassem o exame para o serviço público. A Coreia, por sua vez, ateu-se obstinadamente a essa doutrina e recusou-se a contratar pessoas talentosas simplesmente porque elas tinham nascido de pais “errados”. Foi somente depois que os coreanos se libertaram do jugo colonial japonês (1910-1945) que o sistema tradicional de castas foi completamente extinto e a Coreia se tornou um país onde a origem da pessoa não coloca um teto na realização individual.

Aqui, no Brasil, embora não vigore um sistema de castas hereditário, tal como existiu em países asiáticos, alunos que são filhos de “párias” desprivilegiados tendem a carecer da segurança intelectual e social de ambiente familiar e cultural mais rico. Ficam, portanto, em desvantagem na hora de ingressar nas universidades de elite. Por extensão, têm maior dificuldade em conseguir empregos bem-remunerados.

Uma vez que política pública afirmativa com base em cotas avance no sentido de alcançar a *igualdade de oportunidades*, então, estarão mais livres de discriminação informal até que o único critério de seleção seja o conferido pelo mérito. Nessas condições, progressivamente, a meritocracia eliminará quaisquer preconceitos residuais por intermédio do mecanismo competitivo. Entretanto, esse será apenas o início. Muito mais precisa ser feito para a criação de uma sociedade genuinamente justa.

Frustração, em psicanálise, é o estado de um indivíduo quando é impedido por outro ou por si mesmo de atingir a satisfação de uma exigência pulsional. Na área jurídica, frustração constitui o ato que visa iludir a lei. Quando empregada com violência ou fraude, constitui crime, punido pela legislação penal.

“Frustrados” – esta é uma qualificação adequada para os membros das castas fora dos círculos de poder. As castas são constituídas por membros de diversas redes de relacionamento educacional e ocupacional, cada qual apresentando sua própria cultura e incentivando determinado estilo de vida. Elas tendem a dar a seus integrantes certas atitudes para com a autoridade, a organização e a política. Face à complexidade do mundo real, muitas vezes

reagem com um modelo dicotômico de pensar, tipo “nós” (pobres) X “eles” (ricos) – ou vice-versa. Assim como as “classes socioeconômicas”, são também uma construção cultural.

Os membros de cada uma das castas principais – comerciante, sábia, guerreira e trabalhadora – possuem características, claro, muito genéricas. Evidentemente, não há uma correlação direta e automática entre os valores pessoais (éticos, morais, políticos) e a posição na estrutura do poder político ou econômico. Mas, como *tipos ideais*, são úteis para mostrar como nossas *ocupações* se relacionam com nossos *valores*. A educação para exercer uma profissão e a experiência de trabalho são fundamentais para a formação das atitudes políticas, porém, outros atributos da pessoa também importam.

Costumeiramente, os *guerreiros* têm valores como a fama, a glória, a coragem e a honra. Suas ocupações estão nos aparelhos militares do Estado e nos esportes.

Os *patrões*, muitos herdeiros de aristocratas ou proprietários rurais, têm como valores o paternalismo, a diferenciação social e o respeito próprio, considerando-se com direito dinástico a ocuparem cargos de liderança.

Os *comerciantes firmes*, ocupados em pequenas empresas ou grandes e médias sob pressão da concorrência, adotam um discurso inspirado em competitividade, empreendedorismo, disciplina, regras e autoridade.

Completam essa gente tipicamente conservadora os profissionais que lidam com sistemas públicos apresentam-se como *sábios-tecnocratas*, cujos valores são especialização e educação. Muitos são administradores e economistas que buscam se apossar de poder técnico. Juntam-se a eles também alguns *sábios-sacerdotes* que panfletam em púlpitos ou templos na tentativa de manter o poder religioso.

Em defesa da democracia, há também membros da casta dos *comerciantes*, no caso *brandos*, que somam àqueles valores de competitividade e empreendedorismo o de internacionalismo, tolerância e liberalismo cultural. Vemos isso em alguns grandes empregadores e profissionais liberais autônomos.

Historicamente, à esquerda, isto é, entre pessoas que defendem o igualitarismo social, encontram-se profissionais que lidam com pessoas e economia criativa. São os *sábios-criativos*, cujos valores são também especialização e educação, mas somam autonomia, auto expressão e

liberalismo cultural. Por exemplo, assistentes sociais, professores, profissionais subalternos da mídia, escritores e artistas costumam ser progressistas.

Finalmente, há os *trabalhadores* ocupados na produção de bens e serviços. Costumam ter ceticismo quanto ao livre-mercado e defendem a igualdade socioeconômica. Os *artesãos* juntam a habilidade e a criatividade de trabalhadores especializados. São artífices e costumam ser libertários.

Entender como sobreviverá uma sociedade antagônica como a brasileira com tamanha desigualdade na apropriação da riqueza e recebimento de renda, como queríamos aqui demonstrar, é um desafio. *A condição política exigida é um pacto de coesão social em torno das regras da democracia.* Nesta é pressuposto que um(a) candidato(a) eleito(a) tem direito a completar seu mandato, caso não tenha nenhuma prova de “crime de responsabilidade”. Isto é o sinal de amadurecimento institucional. Será que a jovem democracia, aqui renascida há pouco mais de 30 anos, sobreviverá a esse duro teste?

Bibliografia

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. *Critério Brasil: Modelo de segmentação.*

AFONSO, José Roberto. Imposto de Renda e distribuição de renda e riqueza: as estatísticas fiscais e um debate premente no Brasil. *Revista da Receita Federal: Estudos Tributários e Aduaneiros*, Brasília-DF, v. 01, n. 01, p. 28-60, ago./dez. 2014.

ANBIMA. *Metodologia e estatísticas de private banking.* Relatórios Diversos sobre Private e Varejo.

CHANG, Ha-Joo. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo.* São Paulo: Cultrix, 2013.

COSTA, Antonio Luiz M. C. *Títulos de Nobreza e Hierarquias: um guia sobre as graduações sociais na história.* São Paulo; Editora Draco; 2014.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Medição de riqueza pessoal.* Campinas: Unicamp. IE, jun. 2013 (Texto para Discussão, n. 221).

FERNANDES, R.; NARITA, R. Instrução superior e o mercado de trabalho no Brasil. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 1, 2001.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. Jabuticabas tributárias e a desigualdade no Brasil. *Valor*, 10 ago. 2015.

IBGE. PME – Pesquisa Mensal de Emprego. *Retrospectiva 2003-2014*.

IBGE. SIS – Síntese de Indicadores Sociais 2015. Uma análise das condições de vida da população brasileira. 4 dez. 2015.

INEP-MEC. Censo da Educação Superior 2013.

MEDEIROS, Marcelo. *O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2005.

MEDEIROS, Marcelo; GALVÃO, Juliana Castro. *Educação e o rendimento dos ricos no Brasil*. Brasília / Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2015. (Texto para Discussão, 2080).

_____; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fabio Ávila. *O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares: 2006-2012*. Ago. 2014. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2479685>.

_____; SOUZA, Pedro H. G. F. *The state and income inequality in Brazil*. Brasília / Rio de Janeiro: Institute for Applied Economic Research – Ipea, Jan. 2015. (Discussion Paper, 194).

MICHAEL PAGE. *Worldwide leaders in specialist recruitment*. Estudo de remuneração 2015. Disponível em: www.michaelpage.com.br.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio. *Desigualdade econômica no Brasil*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

PRIESTLAND, David. *Uma nova história do poder: comerciante, guerreiro, sábio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Maurício Cortez; MACHADO, Danielle Carusi. *Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil*. Brasília / Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2015. (Texto para Discussão, 2110).

SRF – Secretaria de Receita Federal. *Grandes Números IRPF – Anos-Calendarário 2007-2013*. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/>.

_____. *Estudos Tributários – Carga Tributária no Brasil (Análise por Tributo e Bases de Incidência)*. 2003-2014.